

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020



I - INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido nos estatutos da Câmara, a Direção apresenta à Assembleia Geral o Relatório de Atividades de 2020, bem como as respetivas contas do exercício.

O ano de 2020 iniciou-se com perspetivas otimistas para a generalidade das atividades económicas, principalmente para as ligadas direta e indiretamente ao turismo. No entanto, em meados de março, com o surgimento da pandemia COVID 19, tudo se alterou.

O ano de 2020 será certamente recordado pela pandemia da COVID 19. Foi um ano caracterizado pela permanente incerteza. Às iniciativas e estratégias e ações previstas para 2020, veio a sobrepor-se, a partir de março, a necessidade de responder à situação inédita decorrente da pandemia COVID 19, quer ao nível da saúde pública, quer das suas repercussões a nível social e económico.

No contexto da pandemia, a atuação da Direção, em diálogo e cooperação com as entidades públicas, esteve essencialmente vocacionada para o reporte da situação real em cada momento, para a reflexão, avaliação e discussão de medidas, por forma a salvaguardar o tecido empresarial regional e os postos de trabalho.

Para além desta intervenção sobre a situação de emergência que se viveu em 2020 e que se continua a viver, a Direção interveio também ao nível da estratégia de recuperação e desenvolvimento a médio e longo prazo, designadamente sobre o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e sobre o próximo ciclo de programação dos fundos europeus, defendendo que os recursos disponíveis fossem prioritariamente alocados para robustecer as empresas e para criar uma economia mais sustentável.

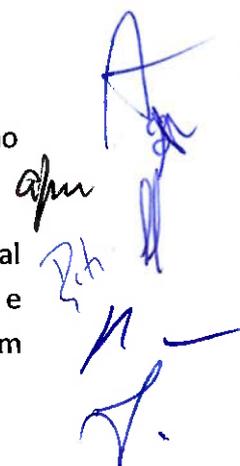
Em 2020, assistiu-se também à constituição de um novo executivo, composto por diferentes forças políticas, resultante das eleições para a Assembleia Legislativa Regional, cujo programa evidenciou a adoção de algumas soluções que a Câmara já vinha apresentando ao longo de vários anos, com destaque para a redução da carga fiscal e a afirmação de prioridade ao pilar privado da economia regional.

Este relatório reflete necessariamente as atividades e posições que a Câmara foi desenvolvendo e tomando, em cada momento, ao longo do ano, face à evolução da pandemia, com o confinamento inicial, que teve lugar em março e as sucessivas fases que se lhe seguiram. Muitas das atividades deste relatório são do conhecimento dos

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

associados, uma vez que foram sendo publicitadas as atividades desenvolvidas ao longo do ano.

Destaca-se também o trabalho desenvolvido a nível da CCIA, que assumiu um especial relevo no contexto pandémico, em especial na reflexão, consensualização e apresentação de propostas e soluções de carácter regional. Este trabalho tem subjacente muito trabalho da Direção e dos serviços da CCIPD.



II - ENQUADRAMENTO

A economia mundial sofreu uma queda sem precedentes de cerca de 4,3%, segundo estimativas de organizações internacionais, devido essencialmente à pandemia provocada pela COVID 19. Destacaram-se as quedas nas principais economias mundiais, como foi o caso dos EUA (3,6%) e da zona Euro (6,8%). A economia chinesa ao contrário apresentou um crescimento estimado em 2%.

A nível nacional, segundo o INE, “no conjunto do ano 2020, o PIB registou uma contração de 7,6% em volume (crescimento de 2,2% em 2019), a mais intensa da atual série de Contas Nacionais, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19 na atividade económica. A procura interna apresentou um expressivo contributo negativo para a variação anual do PIB, após ter sido positivo em 2019, devido, sobretudo, à contração do consumo privado”.

No que se refere às exportações e as importações de bens verificaram-se a sua diminuição em 10,2% e 15,2%, respetivamente (+3,5% e +6,0% em 2019, pela mesma ordem), enquanto o consumo das famílias também decresceu (6,7%), assim como a Formação Bruta de Capital Fixo (7,4%), enquanto o desemprego aumentou 6,8%.

Relativamente aos Açores, o Indicador de Atividade Económica (IAE), que pretende retratar o estado geral da economia, apresentou uma evolução negativa a partir de março, com maior destaque nos meses de maio, junho e julho, com decréscimos superiores a 6,2%.

No ano de 2020, a taxa de desemprego, a nível Açores, foi de 6,1% (menos 1,8 p.p.), sendo a nacional de 6,8%. Os Açores conjuntamente com o Alentejo (5,9%) e a Região Centro (5,6%) foram as 3 regiões que apresentaram valores inferiores à medida nacional.

Uma das atividades mais atingidas pela pandemia foi o transporte aéreo, que apresentou uma variação negativa, a nível regional, de 62,5%, em relação a 2019, no que se refere a passageiros desembarcados, depois de anos consecutivos de crescimento. S. Miguel foi a ilha que teve a maior redução (65,5%), enquanto Santa Maria teve uma queda inferior à média regional, situando-se em 44,9%.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

A atividade turística sofreu um impacto muito significativo com a pandemia, como as estatísticas bem evidenciam. A Região apresentou uma redução de 70,9% nas dormidas, comparativamente com 2019. A nível de residentes em Portugal a redução foi de 51,8%, enquanto a queda de residentes fora do país foi de 83,6%.

S. Miguel foi a ilha que registou o maior decréscimo a nível de dormidas, quer nos estabelecimentos hoteleiros (75,1%), quer no alojamento local (71,6%) e também a nível dos proveitos totais (77,4%). Santa Maria apresentou resultados menos negativos, salientando-se a redução de 47,3% nas dormidas em estabelecimentos hoteleiros (a 3ª menor da Região), 38,1% no alojamento local (menor quebra da Região) e menos 53,9% nos proveitos totais.

Outros indicadores estatísticos regionais (SREA), com referência a 2020:

- A taxa de inflação foi de 0,12% nos Açores e de -0,01% a nível nacional;
- A compra de produtos alimentares nas grandes superfícies comerciais apresentou uma variação anual de 2,57% (preços correntes);
- A nível da fileira do leite: o leite para consumo cresceu 1,12%, enquanto o leite entregue nas fábricas reduziu em 2,71%;
- A energia elétrica produzida apresentou um decréscimo de 3%;
- A venda de automóveis teve uma queda de 22,9%;
- O valor das conservas e preparados enviados para o exterior foi de cerca de 84 milhões de euros (em 2019, foi de 52,1 milhões de euros);
- O volume de saída de peixe fresco foi de 1.834 toneladas, sendo o valor de Miguel de 1.112 toneladas;
- A utilização do comércio eletrónico foi de 32,1%, ligeiramente à média do país (35,2% e superior à Madeira (28,6%);
- Foram constituídas 283 pessoas coletivas, havendo 98 que foram dissolvidas;

III - LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICAS

A pandemia alterou profundamente os pressupostos, perspetivas, negócios e planos das empresas, da sociedade e naturalmente da Câmara. Neste contexto, a atuação da Direção, como não podia deixar de ser, teve que se adaptar a esta realidade. O plano de atividades para 2020 não pode ser cumprido, em grande medida e em vários domínios, por questões e regras de segurança e também por opção, uma vez que as prioridades foram alteradas, no sentido de se poder apoiar e dar resposta às consequências da pandemia na vida das empresas.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Face à gravidade da situação, a atuação da Direção foi direcionada prioritariamente para ajudar direta e indiretamente as empresas, centrando-se essencialmente no acompanhamento permanente da evolução da situação pandémica, numa participação e intervenção constante e ativa, em diálogo com as entidades públicas, na apresentação de propostas de criação de medidas e de melhoria das existentes, no sentido de ajudar a preservar ao máximo o tecido empresarial regional, evitar o aumento do desemprego e o conseqüente agravamento social.

Realça-se o trabalho desenvolvido no âmbito do grupo de trabalho constituído por membros do Governo Regional e representantes de estruturas associativas empresariais, com o objectivo de acompanhar e propor medidas de apoio, tendo em consideração o impacto da pandemia nas empresas.

A Direção manifestou a sua compreensão com as implicações de ordem sanitária, tendo também denunciado, em diversas ocasiões, a existência de aspetos negativos nas tomadas de decisão, que prejudicaram a economia e que deveriam ter sido evitadas, como foram por exemplo a comunicação negativa que contribuiu para afastar turistas; os processos que foram colocados em tribunal, atrasos na divulgação de resultados dos testes etc.

Um outro vetor relevante da atuação da Direção foi a de disponibilizar o máximo da capacidade técnica da Câmara no apoio às empresas, designadamente na preparação de informação e divulgação das medidas e outros aspetos de interesse, bem como no aconselhamento principalmente sobre os apoios que iam surgindo. A adequação desta medida está patente no aumento muito significativo de solicitações das empresas.

A nível da estrutura de concertação social, embora prejudicado pela pandemia, releva-se a continuação do trabalho positivo desenvolvido pelo Conselho Económico e Social, destacando-se os 2 estudos mandados realizar sobre a demografia regional e a estratégia para a recuperação populacional, bem como sobre a população ativa dos Açores.

A Direção manifestou, por diversas vezes, o seu profundo apreço pelo esforço e resiliência que as empresas demonstraram ao longo deste ano, confrontadas com dificuldades nunca experimentadas, constituindo-se como um pilar fundamental no funcionamento da economia e na manutenção dos postos de trabalho, aspeto muitas vezes, infelizmente, negligenciado por alguns setores da nossa sociedade.

IV – AÇÕES, INTERVENÇÕES E PROJETOS

Neste capítulo são destacados, por assuntos, as ações e projetos desenvolvidos, com a intervenção da Direção, dos serviços, da Delegação de Santa Maria, das comissões especializadas e de diversos associados.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Relacionamento institucional

Tendo em consideração as restrições impostas pela pandemia no que se refere a contatos/reuniões presenciais, registou-se naturalmente uma significativa redução a este nível, comparativamente com anos anteriores. Privilegiou-se as reuniões e contatos por via remota.

Neste âmbito, destacam-se diversas reuniões e contatos, designadamente com o Governo Regional, principalmente no que se refere à discussão sobre medidas a adotar para fazer face aos impactos profundos provocados pela pandemia nas empresas.

Entende-se realçar a cooperação com as autarquias, alcançando-se um novo patamar ao nível de desenvolvimento de projetos conjuntos, que tiveram como objetivo minorar o impacto da pandemia no tecido empresarial a nível concelhio e que se encontram explicitados neste relatório.

A Direção solicitou também às autarquias a adoção de medidas de apoio às empresas designadamente ao nível da isenção/suspensão/redução/diferimento de pagamento de taxas de diversos serviços municipais, bem como de tomada de outras medidas designadamente pagamento célere aos fornecedores, aceleração de investimento e suspensão de processos de execução.

Relacionamento inter associativo

A continuação do trabalho de reflexão e de apresentação de propostas motivou a Parceria CCIA/FAA/UGTA a editar, em abril, um novo manifesto subordinado ao tema "Construir a Sustentabilidade do Emprego com Base na Competitividade", que mantinha as propostas de mudança de paradigma para a condução da economia e criação de empregos, apresentando perspectivas e propostas para a mitigação dos impactos da pandemia da Covid-19. A Associação dos Industriais da Construção e Obras Públicas dos Açores passou a integrar a Parceria.

Salienta-se também a realização de reuniões com a Associação de Alojamento Local (ALA), Associação Regional das Empresas de Animação Turística (AREAT) e AHRESP – Delegação Açores, com o objetivo de se analisar o impacto da pandemia nas atividades que representam, reforçar a colaboração institucional, bem como encontrar soluções para os problemas com que as empresas se confrontavam.

Registou-se um reforço da cooperação com congéneres nacionais, essencialmente com a CIP e AIP, no âmbito de informação e esclarecimento de medidas de apoio às empresas.

A Câmara passou a integrar o Conselho Consultivo do Grupo Desportivo Comercial, a convite daquela agremiação.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Associativismo e assuntos setoriais

Neste âmbito foi dada continuidade à política de proximidade e de ligação com os associados, bem como ao nível da prestação de serviços, que foi profundamente reforçada com a pandemia.

Foram realizadas diversas reuniões, via plataforma digital, com as estruturas internas da Câmara: Conselho Consultivo, Delegação de Santa Maria e comissões especializadas, tendo em vista conhecer de forma mais aprofundada a situação, as preocupações e sugestões, que muito contribuíram para a tomada de posições por parte da Direção e de apresentação de propostas.

Destacam-se as acções, propostas e preocupações das reuniões que a Direção manteve com estas estruturas, de que resultaram vários comunicados:

Santa Maria

- Reunião com a autarquia para apresentação, discussão e implementação da proposta apresentada pela CCIPD, relativamente ao Plano Integrado de Requalificação do Turismo em Santa Maria;
- Defendido o aumento do número de voos entre S. Miguel e Santa Maria, como forma de ajudar a dinamizar a economia mariense, situação que se tornou mais premente pelo facto de não haver ligações marítimas de passageiros e viaturas no verão;
- Desenvolvimento de projetos promocionais em colaboração com a autarquia mariense;
- Proposta para a baixa de tarifas aéreas no Programa "Viver os Açores".

Comércio

- Desenvolvimento de iniciativas promocionais do comércio, em colaboração com autarquias;
- Alteração no concurso de montras em Ponta Delgada, alargando o prazo de exposição, para evitar a habitual aglomeração de pessoas e com votação electrónica para a população;
- Defesa da retoma do trabalho presencial para muitos trabalhadores da administração regional e local, bem como reabertura de alguns serviços públicos, após a melhoria das condições sanitárias, como contributo para estimular a atividade comercial das cidades e vilas;

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

- Defendida a realização de ações de animação, que, respeitando as necessárias medidas de segurança sanitária, pudessem contribuir para a dinamização e atração de pessoas aos centros urbanos;
- Defendida a alteração da política de estacionamento em Ponta Delgada, no sentido de estimular a procura do denominado comércio tradicional.

Handwritten notes and signatures in blue ink:
A
apm
Zhi
V
J

Turismo

- Defendido o prolongamento das moratórias fiscais e de crédito, bem como de redução fiscal até aos limites possíveis na lei;
- Implementação de um programa de redução de custos fixos de exploração, para além dos custos com pessoal;
- Tornar menos restritivos os condicionalismos relativos aos apoios que impliquem a manutenção dos postos de trabalho;
- Manifestada desilusão quanto ao montante do PRR e quanto às verbas direcionadas para a recuperação do setor privado, em particular do turismo;
- Manifestada preocupação com as falhas inexplicáveis na comunicação dos resultados dos testes à COVID realizados na chegada a Ponta Delgada dos passageiros;
- Defendida a definição de um calendário contemplando a abertura das ligações internas e com o exterior, a respetiva política de transportes e o fim da quarentena dos viajantes, no período pós confinamento;
- Definir, com urgência, a estratégia a seguir para a retoma da atividade, trabalhando a imagem do destino nos mercados.

Restauração

- Acompanhamento, análise da situação e perspetivas de retoma da actividade;
- Promoção de reunião com representantes da PSP, Delegação de Saúde, Inspeção Regional do Trabalho (IRT) e Inspeção Regional das Atividades Económicas (IRAE), para esclarecer dúvidas, com a retoma da atividade e procurar uniformizar procedimentos e interpretações das diversas entidades;
- Solicitada a revisão dos programas regionais de apoio à manutenção dos postos de trabalho;
- Proposta a criação de um sistema de incentivos específicos às empresas do setor e a sua adaptação à nova realidade.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

- Considerada positiva a iniciativa governamental de criar condições mais atrativas para promover o turismo interno – Viver os Açores. Contudo, a Câmara defendeu, em alternativa, uma redução significativa do preço das passagens aéreas e com maior flexibilidade na aquisição dos diversos serviços;

Rent a car

- Solicitada a suspensão das taxas cobradas nas gares marítimas e aeroportos;
- Proposta a criação e ou manutenção de medidas de apoio ao setor, de âmbito nacional e regional, prolongadas no tempo, enquanto não se verificar a retoma da atividade turística, da qual esta atividade depende na sua quase totalidade.
- Solicitada a definição e elaboração de um calendário que contemple a previsão da abertura de ligações com o exterior, para que as empresas possam planear a sua atividade;
- Solicitado o esclarecimento da posição da Região relativamente ao selo “Clean & Safe”, criado pelo Turismo de Portugal;

Comemoração do 185º aniversário

Atendendo à situação pandémica e à necessidade de evitar concentração de pessoas, o 185º aniversário da Câmara foi apenas comemorado com uma videoconferência subordinada ao tema “*Plano de Recuperação Económica de Portugal – Oportunidades e Desafios para os Açores*”.

Esta videoconferência contou, na sessão de abertura, com a participação do novo Presidente do Governo Regional, aliás na sua primeira intervenção pública e do Presidente da Direção. Foram oradores o Prof. Doutor António Costa, responsável pela elaboração do documento denominado de “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020/2030”, Jorge Rita (Federação Agrícola dos Açores), Dr. Francisco Pimentel (UGTA), Dr. Flávio Tiago (Ordem dos Economistas – Açores) e Carlos Morais (Associação Turismo dos Açores), enquanto representantes de parceiros sociais e de outras entidades, que deram uma perspetiva sobre a componente regional.

A sessão registou uma significativa participação de associados e de entidades regionais e locais.

FÓRUM CCIA 2020 – Encontro Empresarial dos Açores

Este evento decorreu no dia 4 de dezembro, por videoconferência, contando com a participação de cerca de quarenta empresários de várias ilhas e diversos sectores de

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

atividade, tendo como principal objetivo a análise e reflexão sobre o Plano de Recuperação e Resiliência para os Açores.

O Fórum considerou como grandes objetivos a prosseguir:

- A recuperação de uma normalidade equilibrada na saúde;
- A recuperação das empresas para a sustentabilidade do emprego;
- A criação de uma base económica mais forte para o futuro, reforçando os pilares existentes e almejando a criação de pilares novos.

Do debate resultou um conjunto de princípios e de propostas de medidas imediatas, com destaque para a normalização da situação da saúde; o reforço de políticas de manutenção de emprego e da capacidade produtiva; o planeamento do relançamento da economia; a aposta na formação, na redução fiscal e recapitalização do sector empresarial. Relativamente a medidas estruturantes de médio/longo prazo, o Fórum apontou como necessárias designadamente a configuração do novo QCA; a travagem da derrapagem do SPER; a alteração dos modelos de transporte aéreo territorial e marítimo e a revisão do modelo de transporte aéreo e marítimo inter-ilhas.

Medidas de apoio imediato, de médio e longo prazo

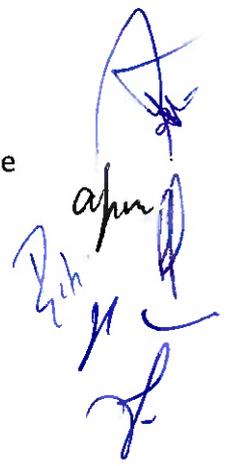
Uma das atividades que mereceu atenção e intervenção prioritária por parte da Câmara, como já referido, foi a da criação de medidas que contribuíssem para ajudar as empresas a atravessar o vendaval provocado pela pandemia.

Adotando uma atitude colaborativa com o Governo Regional, embora com espírito crítico, a Direção integrou o grupo de trabalho composto por representantes governamentais e de estruturas associativas, que tinha como objetivo acompanhar e propor medidas de mitigação dos impactos da pandemia nas empresas.

A posição da Câmara foi de concordância com o princípio adotado pelo Governo Regional de maximização da utilização das medidas de apoio nacional, designadamente o lay off e linhas de crédito, complementadas por medidas regionais. Releva-se a importância destas medidas, que contribuiram para mitigar os impactos verificados, embora insuficientes para a dimensão da crise e nem sempre criadas na altura certa e na sua adequação às reais necessidades das empresas.

a) COVID 19 - Medidas de apoio às empresas regionais e nacionais/Grupo de trabalho

A Câmara, no referido grupo de trabalho, apresentou diversas propostas de medidas e de também de melhoria das aprovadas, tendo em consideração o evoluir da situação ao longo do ano, de que se destacam:



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

- Defesa de maior abrangência ao nível das atividades e tipologias de organização;
- Manifestada necessidade de maior intensidade nos montantes dos apoios;
- Propostas de alteração das medidas de manutenção dos postos de trabalho, designadamente no que refere a obrigatoriedade da manutenção de todos os postos de trabalho;
- Denunciado o atraso no acesso às linhas de crédito criadas pelo Governo da República, devido essencialmente à intervenção das sociedades de garantia mútua;
- Defesa da melhoria nas condições de acesso às medidas de apoio, designadamente às linhas de crédito e denunciada a falta de liquidez nas mesmas;
- Defesa da adaptação à Região de 2 instrumentos previstos no lay off simplificado, ou sua substituição por medidas regionais: formação e apoio extraordinário à retoma;
- Proposta a inclusão de novas CAEs, designadamente dos transportes terrestres, consultoria e contabilidade;
- Defesa da redução da burocracia e denunciada falta de resposta atempada a questões/dúvidas colocadas pelas empresas;
- Proposta a inclusão no COMPETIR + de apoios à produção de materiais para proteção da COVID 19;
- Defesa da discriminação positiva nas medidas a criar, com diferenciação para as atividades mais afetadas;
- Proposta de transformação de linhas de crédito em apoios a fundo perdido;
 - . Considerada positiva a criação da linha específica COVID 19 Apoio às Empresas dos Açores;

b) Medidas de médio e longo prazo com apoio europeu

b.1) *Agenda para o Relançamento Social e Económico da Região Autónoma dos Açores*

Em finais de maio, a CCIA apresentou ao Governo dos Açores um conjunto de contributos para a denominada Agenda para o Relançamento Social e Económico da Região Autónoma dos Açores, na sequência dos fortes efeitos negativos provocados pela pandemia COVID 19.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

A proposta da CCIA contemplava seis pacotes, a desenvolver de 2020 a 2023, num montante de 500 milhões de euros distribuídos pelos seguintes eixos: Pacote Manutenção do Emprego (com 136 milhões de euros); Desconfinamento Efetivo (com 40,5 milhões de euros); Pacote de Formação de Ativos (24 milhões de euros); Pacote Fiscal (com 120,5 milhões de euros); Pacote Digital (59 milhões) e Pacote Recapitalizar (com 120 milhões de euros).

b.2) Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) e Quadro financeiro europeu plurianual 2021-2027

Foi defendido que o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) fosse direcionado principalmente para a atividade privada, com medidas e apoios simples desburocratizados e adequados à dimensão e necessidades das empresas e com aplicação célere.

Quando foi conhecido a proposta do PRR para os Açores, a Direção manifestou a sua insatisfação, uma vez que o valor para a Região, no montante de 580 milhões de euros, revelou-se uma desilusão pelas poucas verbas afetas à recuperação do sector privado regional e por uma afetação largamente maioritária para o sector público.

Foi ainda defendido que estes instrumentos de recursos europeus, principalmente o quadro financeiro europeu plurianual 2021-2027, tenham uma visão estratégica de reorientação da economia para um modelo mais assente na componente privada, de maior competitividade e com uma menor afetação de recursos financeiros para a vertente pública.

Transportes, acessibilidades e infraestruturas

Os transportes e as infraestruturas a eles associadas, bem como as acessibilidades continuaram a merecer uma atenção especial por parte da Direção, atendendo à sua relevância para as atividades económicas. Assim:

- Expressada à Comissão Europeia a posição da Câmara sobre o pedido de auxílio de Estado solicitado pela SATA, que foi no sentido de realçar a importância vital daquela companhia para os Açores, enquanto garante da mobilidade interna e "regulador" da conectividade externa. Foi também realçada a necessidade absoluta de uma alteração profunda na empresa;
- Reunião com o novo Conselho de Administração da SATA, tendo em vista conhecer a sua visão e também transmitir a opinião da CCIA sobre o presente e futuro da empresa;

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

- Manifestada satisfação pela decisão do Governo Regional de anular o concurso para a construção de um navio de passageiros e viaturas e de direcionar o respetivo montante para reforçar o financiamento da saúde e de medidas para o emprego e dinamização económica;
- Manifestada profunda preocupação com a greve no setor da estiva no porto de Lisboa e solicitada a intervenção governamental no sentido de ser salvaguardado o abastecimento da Região;
- Solicitado ao Governo Regional a adoção de soluções para minimizar os impactos da entrada em vigor da nova taxa de combustíveis, que provocou um agravamento dos preços dos fretes marítimos superior a 10%;
- Solicitado ao Governo Regional a alteração do procedimento que vinha sendo seguido, no que se refere ao transporte de viaturas entre o continente e a RAA ser feito exclusivamente em contentores devido à pandemia. Esta posição da Câmara fundamentou-se no facto deste procedimento ter custos acrescidos e também por já ter sido alterado na altura no continente e na Madeira.

Participação em associações, entidades e organismos

Não se registaram alterações na participação societária que a Câmara tem nas seguintes entidades: Escola de Formação Turística e Hoteleira; ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores; ARDE – Associação para o Desenvolvimento Regional e APRODAZ – Associação para a Promoção do Desenvolvimento dos Açores. A Profeiras continuou a ser detida a 100% pela Câmara.

Foi mantida a participação direta e também indireta através da CCIA em diversos organismos de natureza consultiva e de concertação, de que se destacam o Conselho Económico e Social e conselhos de ilha.

No âmbito da CCIA, registou-se também a participação na constituição da Associação para a Promoção do Centro de Informação e Arbitragem de Consumo Açores (CIMARA).

Pareceres

Foram emitidos pareceres a solicitação de entidades públicas, quer a nível da Câmara, quer da CCIA, sobre temáticas diversas, como segue:

- Estratégia Açoriana para a Energia 2030
- Roteiro da RAA – Critérios para uma saída segura da pandemia COVID 19

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

- Equiparação de curso profissional de Técnico de Animação e Informação Turística
- Petição – Contra a construção de um túnel de apoio ao miradoiro da Lagoa do Fogo e controle de acesso ao miradoiro e caldeira
- Alteração do Decreto Legislativo Regional nº 19/2006/A, alteração do período experimental (Código do Trabalho)
- Impedimento de concessão de incentivos que permitam a contratação a prazo
- Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas
- Margens de comercialização de bens designadamente máscaras, gel desinfetante e equipamentos de proteção individual
- Campanha de sensibilização pública para a valorização dos produtos e serviços do comércio e da indústria do concelho de Ponta Delgada;
- Estabelecimentos comerciais históricos no concelho de Ponta Delgada

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A', 'M', 'L', and 'R'.

Apoio e serviços aos associados

A Direção definiu a área de informação e consultoria como crítica e fundamental no papel da Câmara, face à necessidade de dar resposta às solicitações das empresas, num contexto inesperado, inédito, muito exigente e com grande diversidade de medidas que foram sendo criadas.

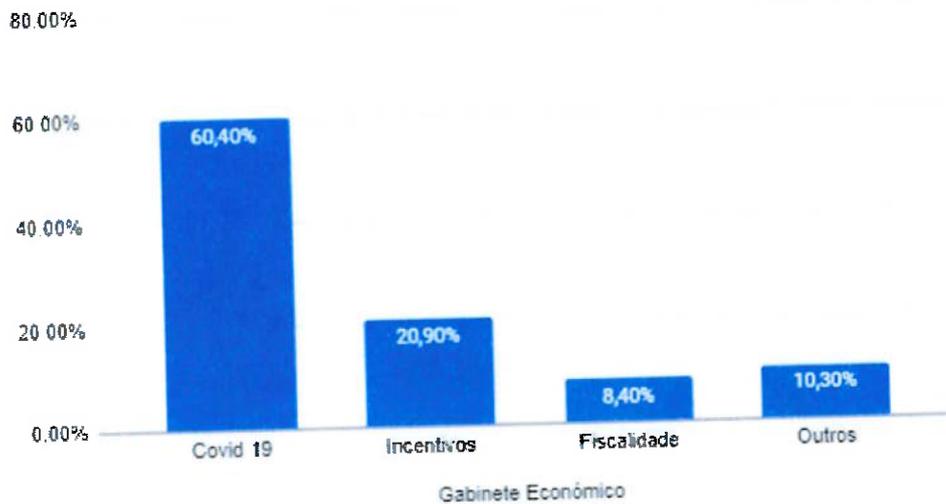
Destaca-se o seguinte desta área, no que se refere às áreas jurídica e económica:

- As solicitações mais que duplicaram em 2020, comparativamente com 2019. No 1º semestre mais que triplicaram;
- Criação, divulgação e atualização permanente de um guia com as medidas de apoio às empresas, criadas no âmbito da pandemia;
- Aumento de cerca de 30% da informação enviada aos associados;
- 96,5% das solicitações dos associados foram respondidas no imediato ou num período de 24 horas;
- Utilizada uma parceria com o Jornal Açoriano Oriental para ampliar a informação às empresas e população em geral sobre as medidas que iam sendo divulgadas sobre a COVID 19;

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

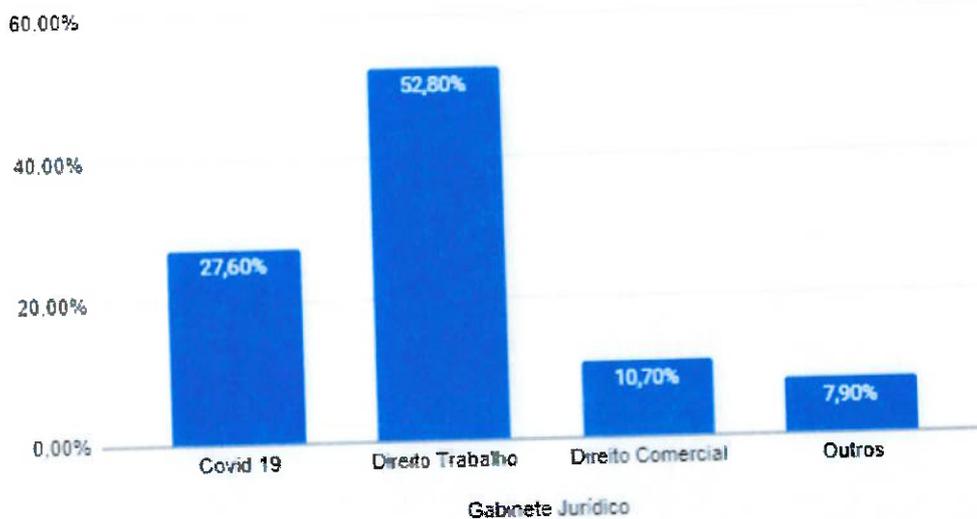
A área económica foi a que registou maior crescimento de solicitações, sendo a maioria relacionadas com assuntos ligados à COVID 19, como se verifica pelo gráfico seguinte:

Consultoria Gabinete Económico



A área jurídica continuou a ser a que registou maior procura, continuando os assuntos laborais os mais solicitados, seguido dos relativos ao COVID 19, como se verifica pelo gráfico seguinte:

Consultoria Gabinete Jurídico

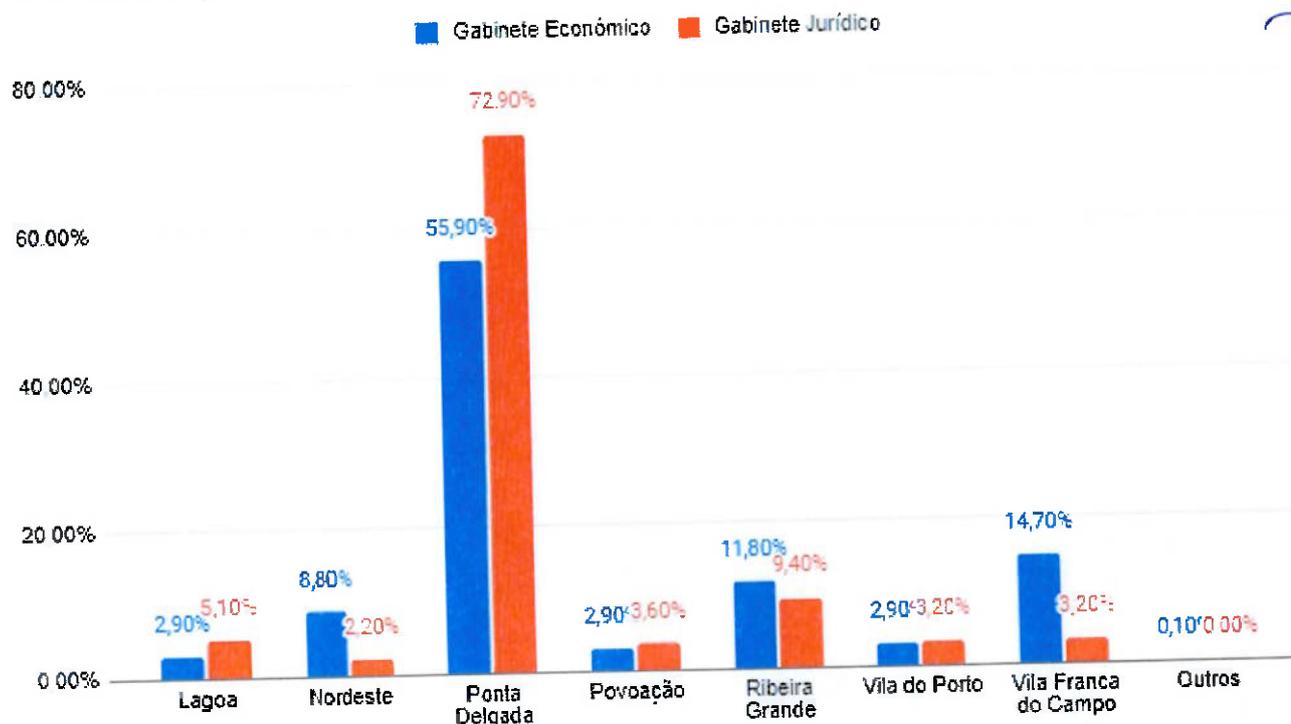


Handwritten notes and signatures in blue ink, including a circular stamp and several illegible signatures.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

A distribuição espacial dos associados, que solicitaram os serviços jurídicos e económicos da Câmara é a constante do gráfico seguinte:

Consultoria por Concelho



A Câmara continuou a integrar a rede *Enterprise Europe Network (EEN)*, que tem como objetivo a informação e consultoria em assuntos europeus. A maior procura deste serviço centrou-se em pedidos sobre internacionalização e oportunidades de negócios.

Destacam-se os seguintes serviços e iniciativas desenvolvidas a este nível:

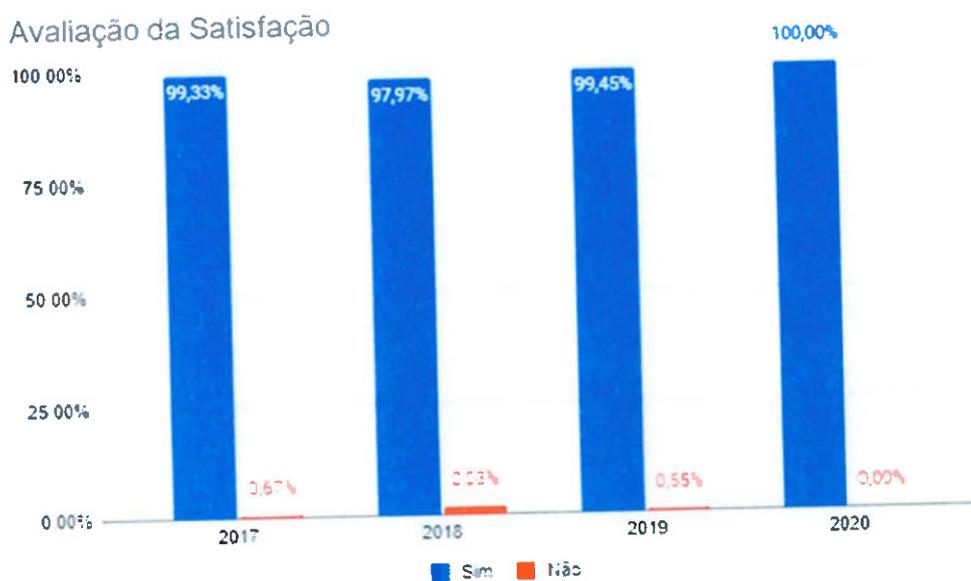
- Coorganização de 4 *Brokerage Events* (Reuniões B2B), para além da informação de como empresas podem participar em reuniões B2B, como funciona a plataforma, como escrever um perfil de qualidade, etc;
- Recebidas 26 expressões de interesse em produtos/serviços de empresas regionais, na sequência de “perfis” elaborados para a base de dados da rede EEN. Foi feito o trabalho de acompanhamento destas manifestações de modo a identificar possíveis Acordos de Parceria entre empresas locais e empresas de outros países;
- Submissão de 32 questionários na base de dados de feedback das PME, sobre inquérito europeu relacionado com a Interrupção da Cadeia de abastecimentos;
- Participação no Grupo Setorial do Turismo e Património Cultural;

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

- Participação em diversos *webinars* que foram realizados ao longo de 2020, no âmbito da rede.

A avaliação da satisfação dos associados foi mantida, sendo realizada após cada prestação de serviço.

O quadro seguinte evidencia a avaliação ao longo dos últimos 4 anos. Em 2020, não foi recebida nenhuma avaliação negativa.



Outros serviços

A Câmara deu continuidade à prestação de serviços às empresas, nas áreas da constituição de sociedades, de pedidos de alvarás e da propriedade industrial.

A procura registada nos últimos 3 anos encontra-se refletida no quadro seguinte, com realce para o aumento significativo de alvarás e títulos de registo:

Serviços	2018	2019	2020
Certificados de Admissibilidade de Firma (RNPC)	1	-	-
Propriedade Industrial	-	1	-
Alvarás e Títulos de Registo (INCI)	4	2	12

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Formação profissional

Procedeu-se à reestruturação das instalações da formação profissional. A escola profissional, que estava alojada nas instalações do antigo hospital, passou a funcionar nas instalações da Câmara, localizadas na Rua dos Mercadores. A formação de ativos passou a funcionar no edifício sede.

Esta alteração permitiu que a escola profissional tenha passado a utilizar instalações mais adequadas, com maior individualização e visibilidade e também com redução significativa de custos.

Foi definida como prioritária a formação à distância, face às restrições para ações presenciais e também como forma de dar resposta a solicitações das empresas, para darem cumprimento a requisitos de alguns programas de apoio, no que se refere à formação de ativos.

a) Escola profissional

Dada continuidade à formação de jovens, com cursos de nível IV, com equivalência ao 12º ano e à formação de desempregados, no âmbito do programa REATIVAR.

Tratou-se de um ano atípico, uma vez que parte do período lectivo decorreu através do ensino à distância, que não sendo o desejável foi o possível e mais adequado no contexto pandémico.

Os cursos ministrados nos anos letivos que abrangeram 2020 foram os seguintes:

- 1º Rececionista de Hotel
- 2º Técnico de Turismo
- 3º Técnico de Contabilidade
- Técnico de Informática (Reativar)

A ligação da escola com o mundo empresarial e a comunidade em geral, continuou a ser um objetivo da escola profissional, tendo, neste âmbito, sido possível desenvolver várias iniciativas, nomeadamente: elaboração do jornal escolar (In)Formação; Clube Europeu – Eurolink; Dia Europeu das Línguas; projeto “Agir para Prevenir” (CMPD); participação em palestras/ debates / dramatizações/ filmes, etc. sobre temas culturais, cívicos, de saúde, desenvolvimento sustentável, entre outros.

Foi retomado, no final do ano, o processo de fusão de escolas profissionais, um projeto que engloba também as escolas da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada e da APRODAZ. Aberto a enquadrar também outras estruturas formativas. A retoma deste

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

processo teve em consideração o novo contexto político, tendo já sido apresentado aos responsáveis governamentais.

b) Formação de ativos

A formação de ativos foi uma área que sofreu fortes restrições com o surgimento da pandemia e com as naturais medidas que impediam a sua realização presencial, em especial nos períodos de confinamento.

Neste contexto, a Direção decidiu apostar na formação à distância, que se revelou apropriada em conjugação com a presencial, sempre que foi possível.

As atividades desenvolvidas encontram sintetizadas no quadro seguinte:

	Interempresa n/financiada		Interempresa financiada		Intraempresa		Atividade total	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Nº de Cursos	34	26	23	21	35	7	92	54
Nº de Horas	409	266	439	867	505	71	1353	1204
Nº de Formandos	437	305	269	249	434	75	1140	629

Salientam-se os seguintes aspetos:

- Apesar de ser um ano atípico, não se registou uma discrepância muito significativa no volume de formação, comparativamente com 2019 (1353 horas, em 2019 e 1204 em 2020);
- Registou-se uma forte queda a nível da formação “Intraempresa” e também da “Interempresa” não financiada;
- Verificou-se um acréscimo substancial na formação “Interempresa” financiada (quase duplicou), que se deve essencialmente a ações no âmbito do Programa Qualifica, para empresas que estando em *lay off*, ou com redução de horário recorreram mais à formação para beneficiarem de apoios previstos.

Dinamização económica local/ Campanhas promocionais

Esta área foi muito afetada pela pandemia, designadamente ao nível da realização de feiras e mostras de produtos, tendo sido canceladas todas as ações programadas.

Destaca-se o papel relevante assumido por diversas autarquias no desenvolvimento de parcerias com a Câmara, que contribuíram para a dinamização económica local, essencialmente no que se refere ao comércio e restauração.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Os projetos desenvolvidos foram os seguintes:

a) Venha Jantar à Ribeira Grande

Esta campanha resultou da cooperação com o Município local, tendo como objetivo atrair pessoas à restauração do concelho, através da criação de um incentivo especial às famílias, beneficiando as refeições de crianças.

A campanha decorreu entre os dias 15 de julho e 30 de setembro.

b) Às sextas as compras são também na rua

A campanha "Às sextas-feiras as compras são também na rua" resultou de uma parceria da Câmara com a autarquia de Ponta Delgada, visando apoiar o comércio tradicional, tendo decorrido em agosto e setembro.

Com esta medida, os comerciantes locais foram incentivados a exporem os seus produtos com promoções especiais, com um desconto mínimo de 20%, em artigos selecionados. Esta iniciativa incluiu a isenção do pagamento de parquímetros.

c) O comércio do centro, perto e a pensar em si

Numa iniciativa conjunta com a Câmara Municipal de Ponta Delgada foram levadas a efeito diversas iniciativas de promoção e de dinamização dos estabelecimentos comerciais do centro histórico da cidade de Ponta Delgada, por ocasião da quadra natalícia.

Esta iniciativa assentou em atividades que já se tornaram tradicionais para o pequeno comércio da cidade: 'Black Friday'; o concurso de montras e um sorteio de incentivos a compras (sorteio de Natal).

Tendo em consideração a situação de pandemia e de modo a evitar aglomerações de pessoas, o "concurso de montras", decorreu de 8 a 11 de dezembro.

O sorteio de Natal contou com 5 000€ em prémios de vales de consumo a serem utilizados nos estabelecimentos do centro histórico de Ponta Delgada aderentes a esta iniciativa.

d) Comprar é ganhar

Com base num protocolo celebrado com o Município de Ribeira Grande foi desenvolvido um programa de dinamização do comércio, restauração e serviços do concelho da Ribeira Grande, denominado "Comprar é ganhar", com vista a atrair ao comércio, restauração e serviços do concelho um maior número de consumidores por ocasião do Natal.

Através deste programa foram criados incentivos especiais ao consumo, onde os clientes podiam obter descontos nas compras ou aquisição de serviços até 25€.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

e) Explore o Nosso Comércio e a Nossa Gastronomia

No âmbito de um protocolo com o Município de Vila do Porto foi desenvolvido um programa de dinamização do comércio e da restauração do concelho, por ocasião do Natal, com o objetivo de atrair clientes ao comércio e à restauração, criando-se incentivos especiais às famílias através do desenvolvimento de programas de estímulo ao consumo.

Este programa contou com incentivos especiais ao consumo, através de um sorteio, que contou com prémios num montante de 8 000€ distribuídos em 400 vales de 20 euros.

f) Campanha - Explore Santa Maria

Esta atividade de dinamização económica de Santa Maria, designada “Explore Santa Maria”, teve como principal objetivo promover e dinamizar o consumo nos diversos sectores económicos marienses.

Desenvolvida em parceria com o Município de Vila do Porto, esta campanha distribuiu mais de 3 000 vouchers, com um valor facial de 10€, sendo direcionado para turistas, decorrendo no período de 1 de agosto a 30 de setembro.

g) Mercado Açores

No âmbito deste projeto desenvolvido em parceria com o Governo Regional, foram preparadas as seguintes iniciativas, mas que face ao surgimento da pandemia foram canceladas:

- ação em Santa Maria, com a realização de um workshop e de um jantar temático com produtos marienses, que estava prevista para março;
- realização de quinzena gastronómica denominada “Sabores Certificados pela Natureza”, tendo como objetivo criar uma referência gastronómica, potenciadora da qualidade dos produtos regionais, iniciativa prevista para abril.

No mês de fevereiro, ainda no âmbito deste projecto e no seguimento de uma ação realizada no final de 2019, foram entregues os diplomas aos participantes da ação denominada “Roteiro Gastronómico Marca Açores”, que decorreu em restaurantes detentores da referida marca.

Promoção Externa

Esta foi uma área particularmente prejudicada pela pandemia, tendo sido cancelado o plano de ações promocionais dos produtos e serviços no exterior, designadamente ao nível de feiras. O único evento realizado foi a participação na SISAB, que decorreu em março, em Lisboa. As ações a este nível são desenvolvidas no âmbito da CCIA, em parceria com o Governo Regional.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Foi dada continuidade ao apoio às empresas, relativamente a assuntos ligados à internacionalização, trabalho essencialmente desenvolvido através da rede EEN- *Enterprise Europe Network*, de que a Câmara é membro. Destacam-se as seguintes ações:

- Divulgação de oportunidades de negócios, de mercados e de informação estatística, atividade desenvolvida essencialmente no âmbito da rede *Enterprise Europe Network* (EEN);
- Emitidos 209 certificados de origem para a exportação de produtos regionais, sendo a maioria (106) para países da União Europeia, seguido dos PALOPS (36) e da América do Norte (27). Em 2019, haviam sido emitidos 180 certificados de origem.

Seminários, *workshops*, sessões de informação e esclarecimento

Foram realizadas diversas ações designadamente ao nível da informação e esclarecimento, que, a partir de março, foram realizadas através de via *online*. Salientam-se as seguintes iniciativas, realizadas por iniciativa da Câmara, ou em colaboração com outras entidades:

- Como reduzir gastos com a digitalização de processos de negócio
- *Building Portugal Together*
- Faturação eletrónica
- Orçamento do Estado para 2020
- COVID 19 - Sessão sobre Regras, Procedimentos e Boas práticas para Cabeleireiros, Barbeiros, Esteticistas e Profissionais de Beleza e Estética
- COVID 19 - Sessão sobre Regras, Procedimentos e Boas práticas para Comércio em Geral
- COVID 19 - Sessão sobre Regras, Procedimentos e Boas Práticas para a Restauração
- COVID 19 - O Regresso ao Trabalho – Medidas e Procedimentos a Adotar
- Medidas de apoio à Retoma - Economia e Emprego
- Plano de Recuperação Económica de Portugal | Oportunidades e desafios para os Açores.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Rita' and other illegible marks.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Destaca-se também a promoção e divulgação de iniciativas de interesse para as empresas de ações realizadas por outras entidades.

Projetos especiais de cooperação

Aprovadas no final de 2019, as 2 candidaturas ao Programa MAC, de cooperação inter-regional, de que a Câmara é parceira desenvolveram algumas atividades, que foram muito limitadas pela pandemia. Os projetos são os seguintes:

1. CUSTOMS - Sistema facilitador do Comércio para o aumento das transações no espaço de cooperação (Açores, Madeira e Canárias) e com o exterior.

Este projeto pretende desenvolver com as empresas e as instituições gestoras e utilizadoras um trabalho detalhado sobre o sistema de intercâmbio comercial intrarregional e internacional para o aumento das trocas comerciais entre as regiões do espaço de cooperação.

2. FIIHUB – Apoio a iniciativas vinculadas à plataforma FIWARE europeia, utilizando as tecnologias da internet do futuro.

No âmbito deste projeto estão a ser criados Centros FIIHUB (espaços físicos de apoio a empresas); Academia FIIHUB (formação sobre a tecnologia FIWARE e consultoria comercial, tecnológica e científica); Certificado FIIHUB (facilitar as trocas comerciais); Mercado FIIHUB (reforço competitividade das empresas nas áreas da internacionalização e inovação); Comunidade FIIHUB (criação de comunidade que utiliza a tecnologia do projeto, para cooperação e apoio).

Assuntos laborais/Contratação colectiva de trabalho

Face à situação que as empresas estavam a atravessar, a Direção decidiu que não havia condições para alcançar acordos com os sindicatos, a não ser em situações específicas, que fossem de interesse para as empresas.

Em 2020, foram alcançados acordos apenas em 2 CCTs, negociados antes da pandemia: profissionais eletricitistas e serviços de segurança privada.

A Câmara manifestou a sua total oposição à pretensão governamental de estender a S. Miguel e Santa Maria uma convenção coletiva de trabalho negociada em outras ilhas da Região, quando existia um CCT negociado localmente, como era o caso do sector da hotelaria e similares.

Inovação e digitalização

Dada enfoque às iniciativas e ações promocionais da inovação e digitalização, tendo como objetivo a modernização e melhoria da competitividade das empresas.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Neste âmbito destacam-se as seguintes iniciativas:

- Celebrado um protocolo de parceria com os CTT, com o objetivo de ajudar o comércio, num contexto de pandemia, a encontrar novos canais de venda em alternativa aos tradicionais, utilizando novos instrumentos e beneficiando os associados de condições especiais, designadamente para a criação de lojas *online* e acesso a um *marketplace*;
- Participação na criação do Pólo de Inovação Digital dos Açores /*Azores Digital Innovation Hub*, que é um consórcio constituído por entidades sem fins lucrativos que vai funcionar como balcão único para apoiar as PMEs nos seus processos de digitalização e criar um ambiente favorável para o desenvolvimento tecnológico e experimentação da transformação digital.

Comunicação Institucional e Associativa

No contexto pandémico, a Direção reforçou a intervenção junto da comunicação social e da sociedade em geral para transmitir a posição da Câmara sobre assuntos relevantes para as empresas, bem como sobre atividades que foram desenvolvidas. Os meios utilizados foram designadamente comunicados, entrevistas e artigos de opinião.

A situação pandémica originou um maior pedido de informação por parte dos associados, obrigando ao reforço da comunicação, através da utilização essencialmente de meios digitais.

Destacam-se alguns indicadores desta área:

- Emitidos 14 comunicados (7, em 2019);
- Enviados 4 *press release* (11, em 2019);
- Enviadas 57 *newsletters* (43, em 2019);
- Divulgadas iniciativas de associados e de outras entidades, quando os assuntos se revelavam de interesse para as empresas.

Sistema de Gestão da Qualidade

Foi realizada uma auditoria externa, que foi concluída com sucesso, tendo sido identificada apenas uma oportunidade de melhoria. Este resultado confirmou o trabalho que a Câmara tem vindo a desenvolver, no sentido de melhoria contínua, global e transversal dos serviços da associação.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Tendo em consideração os efeitos da pandemia foi alterado o documento de contexto e foi elaborado em março o plano de contingência COVID 19 e revisto em julho, com base na evolução da situação e das regras estabelecidas pela autoridade de saúde.

Inquéritos

Foram realizados inquéritos aos associados, que permitiram conhecer mais em concreto a evolução da situação, em termos gerais e sectoriais, e cujos resultados contribuíram para sustentar muitas das intervenções da Câmara e que foram:

- Atividade Empresarial 2019 e Perspetivas 2020 – inquérito realizado anualmente em março, coincidiu com o início da pandemia, tendo resultado numa menor participação dos associados do que era habitual;
- Impacto da COVID 19 na atividade económica: realizado no início de abril, procurou aferir o impacto da pandemia na generalidade dos setores. Verificou-se que, naquela altura, apenas 25% das empresas estavam em funcionamento normal; 32% com atividade parcial e 45% totalmente encerradas;
- Impacto da COVID 19 na restauração dos Açores: realizado em meados de abril, teve como objetivo avaliar o impacto económico nas empresas e perspetivas; linhas de apoio utilizadas; origem histórica dos clientes e recurso ao *take away*/entrega ao domicílio; (CCIA)
- Retoma da atividade em Santa Maria: teve lugar em maio, sendo o objetivo recolher informação sobre a forma como se estava a processar o processo de retoma da atividade naquela ilha, após o levantamento das restrições ao funcionamento;
- Impacto da COVID 19 nas empresas que mantiveram a atividade: teve como objetivo identificar práticas e procedimentos adotados pelas empresas para dar resposta às exigências de segurança sanitária, bem como dos resultados obtidos;
- Plano de Recuperação e Resiliência: Realizado no final de novembro, serviu para se conhecer as medidas e áreas que as empresas consideravam que deviam ser prioritárias neste plano. O acesso a liquidez, os transportes, o reforço da saúde foram as consideradas prioritárias;

Outras atividades

- Manifestada insatisfação com a nova lei, que veio impor medidas para a redução do impacto das pontas de cigarros, charutos ou outros cigarros no meio ambiente. Foi solicitada a intervenção dos deputados regionais na

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Assembleia da República, face às muitas dúvidas de interpretação suscitadas por esta legislação;

- Solicitada a retirada de empresas com capital público de atuação em áreas em que fazem concorrência direta com empresas privadas, propondo-se, em alternativa, que atuem em áreas onde não existe capacidade e competência técnica privada;
- Manifestadas críticas às condições do centro de testagem no aeroporto João Paulo II, propondo-se uma solução de garantia de maior conforto, segurança e fluidez no processo para os passageiros que chegavam a Ponta Delgada. Esta situação veio a ser alterada e melhorada substancialmente;
- Denunciada a duração excessiva na apresentação dos resultados à COVID 19 realizados à chegada ao aeroporto de Ponta Delgada, uma vez que não estava a ser cumprido o prazo definido pelas entidades públicas;
- Intervenção junto do Presidente do Governo sobre os atrasos nos pagamentos por parte dos hospitais aos fornecedores de produtos farmacêuticos e outros, sobre o pagamento de juros pelos atrasos e sobre a prática discriminatória dos pagamentos por parte do Hospital da Terceira, com base em critério geográfico dos fornecedores;
- Solicitada a prorrogação dos programas Estagiar, tendo em consideração a pandemia e os seus efeitos nas empresas;
- Proposto, em junho, um sistema de testes à COVID, com incentivos à sua realização prévia à chegada à Região. Veio a ser parcialmente acolhido, mas bastante mais tarde;

Assuntos internos e financeiros

Os serviços da Câmara, por obrigatoriedade legal, funcionaram durante o período de confinamento em regime de teletrabalho. Ao longo do ano foram utilizados os regimes de *lay off* e de retoma progressiva na totalidade para alguns trabalhadores e para outros com redução de horário. Sem descurar a componente de apoio aos associados, a Direção procurou desta forma minimizar os encargos com pessoal, situação que esteve e continua a estar nas preocupações da Direção.

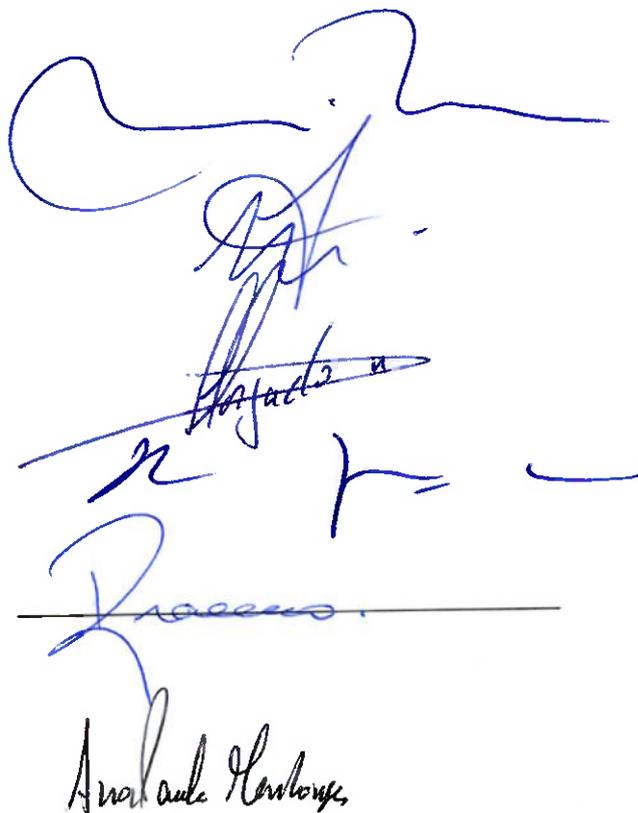
A situação pandémica obrigou a um natural acompanhamento do evoluir da situação, de reflexão, de informação e decisão sobre diversos assuntos, mais que duplicando o número de reuniões da Direção, comparativamente com 2019.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

À semelhança da generalidade das empresas, a situação financeira da Câmara apresentou-se preocupante, face designadamente às dificuldades sentidas pelas empresas no pagamento de quotas, mas também pela redução significativa de atividades geradoras de receitas, como são os casos das feiras (com grande impacto), formação profissional, outros eventos e ainda pela inatividade da Profeiras.

A seguir serão apresentadas as peças contabilísticas, o Balanço e a Demonstração dos Resultados que refletem as atividades descritas, que apresentam um resultado líquido do exercício de 2020, no valor de menos 68.285,05 euros (sessenta e oito mil, duzentos oitenta e cinco euros e cinco cêntimos negativos), que propomos que seja transferido para a conta de "Resultados Transitados".

Ponta Delgada, 24 de fevereiro de 2021



Handwritten signature in blue ink, appearing to be "Ana Paula Henriques". The signature is written over a horizontal line. There are some additional scribbles and a small mark above the main signature.



A
Dir.
apm
MC
S

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020 e 2019



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

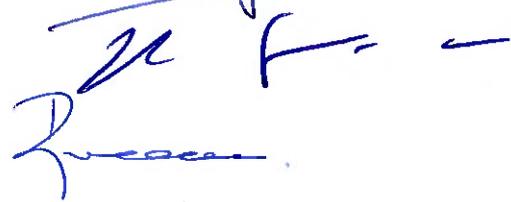
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Quotas e serviços prestados	15	229 651	357 245
Subsídios à exploração	16	545 611	938 543
	8	2 737	10 385
Ganhos/Perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	17	(419 468)	(747 258)
Fornecimentos e serviços externos	18	(366 905)	(461 688)
Gastos com o pessoal	9	-	(501)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	19	25 568	37 678
Outros rendimentos e ganhos	20	(20 309)	(38 556)
Outros gastos e perdas			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-3 115	95 849
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7	(42 880)	(58 880)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(45 996)	36 968
Juros e rendimentos similares obtidos	21	7 959	8 107
Juros e gastos similares suportados	22	(29 075)	(38 663)
Resultado antes de impostos		(67 112)	6 412
Imposto sobre o rendimento do período		(1 173)	(2 769)
Resultado líquido do período		<u>-68 285</u>	<u>3 643</u>

A Contabilista Certificada


Ana Sofia Miranda
(CC 84957)

A direção








CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

RUBRICAS	Notas	2020	2019
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de quotas e clientes		192 891	256 576
Pagamentos a fornecedores		(248 581)	(432 094)
Pagamentos ao pessoal		(409 315)	(480 838)
Caixa gerada pelas operações		<u>(465 004)</u>	<u>(656 355)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2 769)	(1 677)
Outros recebimentos/pagamentos		<u>794 603</u>	<u>1 398 286</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		<u>326 829</u>	<u>740 254</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-	(14 928)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		<u>-</u>	<u>(14 928)</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		875 000	1 280 000
Pagamentos respeitantes a :			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(1 100 000)	(2 025 000)
<i>Juros e gastos similares</i>		(32 628)	(36 511)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		<u>(257 628)</u>	<u>(781 511)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes		69 201	(56 185)
Caixa e seus equivalentes no início do período		(46 616)	9 569
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	22 585	(46 616)

A Contabilista Certificada

A. S. Fernandes

A direção

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Conta	Designação	Valores mensais		Saldo	Valores acumulados		Saldo
		Debitos	Creditos		Debitos	Creditos	
11	CAIXA	822,98	553,59	269,39	6 246,10	5 059,16	1 186,94
11.1	CAIXA A - CONTABILIDADE CCIPD	822,98	458,91	364,07	5 588,83	4 588,83	1 000,00
11.3	CAIXA C - DELEGAÇÃO DE STA. MARIA	,00	94,68	94,68 CR	657,27	470,33	186,94
12	DEPÓSITOS À ORDEM	433 335,35	409 534,68	23 800,67	2 577 819,52	2 556 420,99	21 398,53
12.0	DEPÓSITOS À ORDEM - SERÍE A	329 843,17	306 042,50	23 800,67	2 277 153,60	2 255 755,07	21 398,53
12.0.1	SANTANDER TOTTA - CCIPD	296 407,37	283 409,16	12 998,21	2 027 095,88	2 019 640,94	7 454,94
12.0.2	SANTANDER TOTTA - FORMAÇÃO	32 161,80	22 618,68	9 543,12	211 137,06	200 824,00	10 313,06
12.0.3	NOVO BANCO - CCIPD	1 274,00	14,66	1 259,34	38 920,66	35 250,13	3 630,53
12.1	DEPÓSITOS À ORDEM - SERÍE B	103 492,18	103 492,18	,00	300 665,92	300 665,92	,00
12.1.8	TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA	29 657,81	29 657,81	,00	177 128,96	177 128,96	,00
12.1.9	COBRANÇAS BANCÁRIAS QUOTAS	73 834,37	73 834,37	,00	123 536,96	123 536,96	,00
21	CLIENTES	108 583,22	79 567,03	29 016,19	326 302,74	220 721,65	105 581,09
21.1	CLIENTES C/C	5 513,71	5 086,00	427,71	82 801,60	64 737,99	18 063,61
21.1.1	CLIENTES GERAIS	5 513,71	5 086,00	427,71	82 801,60	64 737,99	18 063,61
21.1.1.1	CLIENTES GERAIS - ASSOCIADOS	451,00	2 497,00	2 046,00 CR	58 929,56	50 604,66	8 324,90
21.1.1.2	CLIENTES GERAIS - NÃO ASSOCIADOS	5 062,71	2 589,00	2 473,71	23 872,04	14 133,33	9 738,71
21.5	CLIENTES - QUOTAS	100 607,46	74 404,62	26 202,84	197 300,48	123 037,46	74 263,02
21.7	CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA	26,32	76,41	50,09 CR	43 764,93	2 462,05	41 302,88
21.7.1	CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA	26,32	76,41	50,09 CR	43 764,93	2 462,05	41 302,88
21.7.1.1	CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA GERAIS	26,32	76,41	50,09 CR	43 764,93	2 462,05	41 302,88
21.9	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	2 435,73	,00	2 435,73	2 435,73	30 484,15	28 048,42 CR
21.9.1	DÍVIDAS DE CLIENTES DUVIDOSOS	,00	,00	,00	,00	7 845,37	7 845,37 CR
21.9.2	DÍVIDAS DE QUOTAS SÓCIOS	2 435,73	,00	2 435,73	2 435,73	22 638,78	20 203,05 CR
22	FORNECEDORES	8 527,44	15 188,37	6 660,93 CR	253 622,46	295 163,30	41 540,84 CR
22.1	FORNECEDORES C/C	8 527,44	15 188,37	6 660,93 CR	253 098,93	295 163,30	42 064,37 CR
22.1.1	FORNECEDORES GERAIS	8 527,44	15 188,37	6 660,93 CR	253 098,93	295 163,30	42 064,37 CR
22.1.1.1	FORNECEDORES - ASSOCIADOS	3 219,12	8 658,20	5 439,08 CR	174 828,09	191 819,73	16 991,64 CR
22.1.1.2	FORNECEDORES GERAIS - NÃO ASSOCIADOS	5 308,32	6 530,17	1 221,85 CR	78 270,84	103 343,57	25 072,73 CR
22.8	Adiantamentos a fornecedores	,00	,00	,00	523,53	,00	523,53

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

CAM COM IND PONTA DELGADA
BALANCETE DO SETIMO NIVEL EM 2020/12

Ordem - Numerica

U.M. EUR

Conta	Designação	Valores mensais		Saldo	Valores acumulados		Saldo
		Debitos	Creditos		Debitos	Creditos	
22.8.1	Adiantamentos a fornecedores gerais	,00	,00	,00	523,53	,00	523,53
23	PESSOAL	20 567,17	36 237,96	15 670,79 CR	269 903,52	269 903,52	,00
23.1	REMUNERAÇÕES A PAGAR	20 567,17	36 237,96	15 670,79 CR	267 634,84	267 634,84	,00
23.1.1.2	AO PESSOAL	20 567,17	36 237,96	15 670,79 CR	267 634,84	267 634,84	,00
23.7	RETENÇÕES	,00	,00	,00	2 268,68	2 268,68	,00
23.7.2	DO PESSOAL	,00	,00	,00	2 268,68	2 268,68	,00
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	12 925,92	24 342,04	11 416,12 CR	146 129,73	171 070,12	24 940,39 CR
24.1	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	,00	1 173,03	1 173,03 CR	2 769,35	3 942,35	1 173,00 CR
24.1.5	APURAMENTO	,00	1 173,03	1 173,03 CR	2 769,35	3 942,35	1 173,00 CR
24.2	RETENÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS	5 006,20	8 357,50	3 351,30 CR	52 624,25	60 951,35	8 327,10 CR
24.2.1	I.R.S.- TRABALHO DEPENDENTE	2 643,00	4 982,00	2 339,00 CR	31 585,00	36 567,00	4 982,00 CR
24.2.2	I.R.S.- TRABALHO INDEPENDENTE	2 213,20	3 225,50	1 012,30 CR	19 239,25	22 434,35	3 195,10 CR
24.2.4	I.R.S.- PREDIAIS	150,00	150,00	,00	1 800,00	1 950,00	150,00 CR
24.5	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	7 901,40	14 793,19	6 891,79 CR	90 516,29	105 956,58	15 440,29 CR
24.5.1	C.P.P. PONTA DELGADA	7 901,40	14 793,19	6 891,79 CR	90 516,29	105 956,58	15 440,29 CR
24.8	OUTRAS TRIBUTAÇÕES	18,32	18,32	,00	219,84	219,84	,00
24.8.1	FUNDO COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	18,32	18,32	,00	219,84	219,84	,00
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	225 000,00	50 000,00	175 000,00	1 100 000,00	1 619 352,65	519 352,65 CR
25.1	INSTITUIÇÕES CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS	225 000,00	50 000,00	175 000,00	1 100 000,00	1 619 352,65	519 352,65 CR
25.1.1	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	225 000,00	50 000,00	175 000,00	1 100 000,00	1 619 352,65	519 352,65 CR
25.1.1.1	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS-SANTANDER TOTTA	225 000,00	50 000,00	175 000,00	900 000,00	1 150 000,00	250 000,00 CR
25.1.1.2	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS-NOVO BANCO	,00	,00	,00	,00	269 352,65	269 352,65 CR
25.1.1.3	EMPRÉSTIMO PROTOCOLO PROGRAMA FSE	,00	,00	,00	200 000,00	200 000,00	,00
26	Accionistas/sócios	,00	,00	,00	25 000,00	25 000,00	,00
26.1	Accionistas c/ subscrição	,00	,00	,00	25 000,00	25 000,00	,00
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	718 368,95	488 150,74	230 218,21	2 293 366,86	1 744 947,66	548 419,20
27.2	DEVEDORES E CREDITORES POR ACRÉSCIMOS	78 870,60	64 829,35	14 041,25	136 348,39	225 963,19	89 614,80 CR

2020/12
a/m
2020/12

Mod. Expandindustria 1.31
CNT019 - 2

BALANCETE DO SETIMO NIVEL EM 2020/12

U.M. EUR

Ordem - Numerica

Conta	Designação	Valores mensais		Saldo	Valores acumulados		Saldo
		Debitos	Creditos		Debitos	Creditos	
27.2.1	DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS	26 977,09	,00	26 977,09	26 977,09	,00	26 977,09
27.2.2	CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	51 893,51	64 829,35	12 935,84 CR	109 371,30	225 963,19	116 591,89 CR
27.2.2.1	CUSTOS DE FORMAÇÃO	,00	3 099,76	3 099,76 CR	5 789,05	8 888,81	3 099,76 CR
27.2.2.2	REMUNERAÇÕES A LIQUIDAR	46 773,08	6 015,69	40 757,39	74 845,37	123 297,33	48 451,96 CR
27.2.2.2.1	FÉRIAS	23 880,14	2 005,23	21 874,91	25 247,11	49 473,09	24 225,98 CR
27.2.2.2.2	SUB. FÉRIAS	316,98	2 005,23	1 688,25 CR	25 247,11	49 473,09	24 225,98 CR
27.2.2.2.3	SUB. NATAL	22 575,96	2 005,23	20 570,73	24 351,15	24 351,15	,00
27.2.2.3	JUROS A LIQUIDAR	,00	1 364,81	1 364,81 CR	3 976,33	5 341,14	1 364,81 CR
27.2.2.4	ENCARGOS SOBRE FERIAS, SUB. FERIAS E NATAL	5 120,43	1 604,34	3 516,09	11 075,74	21 880,52	10 804,78 CR
27.2.2.4.1	SEG. SOCIAL FÉRIAS	199,80	,00	199,80	199,80	5 602,19	5 402,39 CR
27.2.2.4.2	SEG. SOCIAL SUB. FÉRIAS	,00	823,74	823,74 CR	5 559,44	10 961,83	5 402,39 CR
27.2.2.4.3	SEG. SOCIAL SUB. NATAL	4 920,63	780,60	4 140,03	5 316,50	5 316,50	,00
27.2.2.9	OUTROS ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	,00	52 744,75	52 744,75 CR	13 684,81	66 555,39	52 870,58 CR
27.8	OUTROS DEVEDORES E CREDORES	639 498,35	423 321,39	216 176,96	2 157 018,47	1 518 984,47	638 034,00
27.8.1	OUTROS DEVEDORES DIVERSOS	601 849,06	385 732,81	216 116,25	1 895 681,31	1 181 673,70	714 007,61
27.8.2	FORMADORES	37 649,29	37 588,58	60,71	261 337,16	337 310,77	75 973,61 CR
27.8.2.1	FORMADORES	24 231,16	17 926,84	6 304,32	113 465,66	113 465,66	,00
27.8.2.2	OUTROS CREDORES DIVERSOS	3 279,30	13 493,60	10 214,30 CR	65 457,37	135 773,94	70 316,57 CR
27.8.2.4	FORMANDOS	10 138,83	6 168,14	3 970,69	82 414,13	88 071,17	5 657,04 CR
27.8.2.4.1	FORMANDOS DEVEDORES	535,90	30,00	505,90	545,90	40,00	505,90
27.8.2.4.2	FORMANDOS CREDORES	9 602,93	6 138,14	3 464,79	81 868,23	88 031,17	6 162,94 CR
28	DIFERIMENTOS	282 674,06	140 922,04	141 752,02	287 324,00	374 780,39	87 456,39 CR
28.1	GASTOS A RECONHECER	2 373,84	,00	2 373,84	7 023,78	3 791,72	3 232,06
28.2	RENDIMENTOS A RECONHECER	280 300,22	140 922,04	139 378,18	280 300,22	370 988,67	90 688,45 CR
28.2.1	SUBSIDIOS À EXPLORAÇÃO	280 300,22	140 922,04	139 378,18	280 300,22	370 988,67	90 688,45 CR
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	16,94	1 242,67	1 225,73 CR	456 590,61	1 242,67	455 347,94
41.4	Investimentos noutras empresas	,00	1 242,67	1 242,67 CR	456 073,94	1 242,67	454 831,27
41.4.1	Participações de capital	,00	1 242,67	1 242,67 CR	456 073,94	1 242,67	454 831,27
41.5	Outros investimentos financeiros	16,94	,00	16,94	516,67	,00	516,67

CNT019 - 3

Conta	Designação	Valores mensais		Valores acumulados	
		Debitos	Creditos	Debitos	Creditos
41.5.2	FUNDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	16,94	,00	16,94	516,67
43	Activos fixos tangiveis				
43.1	Terrenos e recursos naturais	,00	3 187,72	3 187,72 CR	654 825,62
43.2	Edificios e outras construções	,00	,00	,00	149 675,07
43.3	Equipamento básico	,00	,00	,00	960 049,07
43.5	Equipamento administrativo	,00	,00	,00	44 797,04
43.7	Outros activos fixos tangiveis	,00	,00	,00	1 238 517,76
43.8	Depreciações acumuladas	,00	3 187,72	3 187,72 CR	2 052 329,40
43.8.2	EDIFICIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	,00	1 733,53	1 733,53 CR	466 770,33 CR
43.8.3	EQUIPAMENTO BÁSICO	,00	,00	,00	44 797,05 CR
43.8.5	Equipamento administrativo	,00	1 043,61	1 043,61 CR	1 232 491,52 CR
43.8.7	Outros activos fixos tangiveis	,00	410,58	410,58 CR	2 046 483,82 CR
44	Activos intangiveis	,00	,00	,00	3 449,69
44.4	Propriedade industrial	,00	,00	,00	,00
44.8	Amortizações acumuladas	,00	,00	,00	3 449,69
55	RESERVAS	,00	,00	,00	1 695 200,76
55.2	OUTRAS RESERVAS	,00	,00	,00	1 695 200,76
56	RESULTADOS TRANSITADOS	,00	,00	965 266,34	3 642,86
57	AJUSTAMOS EM ACTIVOS FINANCEIROS	3 980,02	,00	3 980,02	242 538,28
57.1	RELACIONADOS C/ MÉTODO DA EQUIV PATRIMONIAL	3 980,02	,00	3 980,02	242 538,28
57.1.1	AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO	3 980,02	,00	3 980,02	242 538,28
59	OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	25 519,05	3 801,69	21 717,36	235 137,61
59.3	SUBSÍDIOS	25 519,05	1 365,96	24 153,09	232 701,88
59.9	OUTRAS	,00	2 435,73	2 435,73 CR	2 435,73 CR
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	100 110,96	1 142,35	98 968,61	5 663,13
62.2	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	86 125,25	754,81	85 370,44	2 330,93


 CNT019 - 4

Conta	Designação	Valores mensais		Valores acumulados			
		Debitos	Creditos	Saldo	Debitos	Creditos	Saldo
62.2.1	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	17 935,88	,00	17 935,88	48 971,60	,00	48 971,60
62.2.2	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	913,07	675,01	238,06	15 162,34	1 187,13	13 975,21
62.2.3	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	,00	,00	,00	496,76	,00	496,76
62.2.4	HONORÁRIOS	21 696,40	79,80	21 616,60	112 186,50	1 143,80	111 042,70
62.2.4.1	FORMADORES	21 696,40	79,80	21 616,60	111 714,50	1 143,80	110 570,70
62.2.4.3	OUTROS	,00	,00	,00	413,00	,00	413,00
62.2.4.4	HONORÁRIOS JURISTA	,00	,00	,00	59,00	,00	59,00
62.2.6	CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	,00	,00	,00	2 315,03	,00	2 315,03
62.2.7	SERVIÇOS BANCÁRIOS	579,90	,00	579,90	3 568,41	,00	3 568,41
62.2.8	OUTROS	45 000,00	,00	45 000,00	45 000,00	,00	45 000,00
62.3	MATERIAIS	1 428,75	,00	1 428,75	34 806,48	1 210,75	33 595,73
62.3.1	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DESGASTE RÁPIDO	7,49	,00	7,49	1 431,35	1 125,20	306,15
62.3.2	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	,00	,00	,00	317,55	85,55	232,00
62.3.3	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	421,26	,00	421,26	4 400,89	,00	4 400,89
62.3.4	ARTIGOS PARA OFERTA	1 000,00	,00	1 000,00	27 203,79	,00	27 203,79
62.3.8	OUTROS	,00	,00	,00	1 452,90	,00	1 452,90
62.4	ENERGIA E FLUIDOS	1 460,50	,00	1 460,50	13 983,84	777,01	13 206,83
62.4.1	ELECTRICIDADE	1 403,76	,00	1 403,76	12 669,63	777,01	11 892,62
62.4.3	ÁGUA	56,74	,00	56,74	1 314,21	,00	1 314,21
62.5	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	6 619,38	387,54	6 231,84	86 533,01	1 102,54	85 430,47
62.5.1	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	22,00	,00	22,00	6 146,97	715,00	5 433,97
62.5.1.1	REFEIÇÕES	,00	,00	,00	532,02	,00	532,02
62.5.1.2	TRANSPORTES - NÃO DEDUTÍVEIS	22,00	,00	22,00	529,65	,00	529,65
62.5.1.3	VIAG. AVIÃO	,00	,00	,00	2 575,13	,00	2 575,13
62.5.1.5	ESTÁDIAS	,00	,00	,00	2 114,00	715,00	1 399,00
62.5.1.6	ESTACIONAMENTO	,00	,00	,00	92,60	,00	92,60
62.5.1.7	TRANSPORTES - DEDUTÍVEIS	,00	,00	,00	305,57	,00	305,57
62.5.3	TRANSPORTES DE MERCADORIAS	71,70	,00	71,70	124,29	,00	124,29
62.5.4	FORMANDOS	6 525,68	387,54	6 138,14	80 259,75	387,54	79 872,21
62.6	SERVIÇOS DIVERSOS	4 477,08	,00	4 477,08	62 107,31	241,90	61 865,41
62.6.1	RENDAS E ALUGUERES	1 355,86	,00	1 355,86	34 262,67	212,40	34 050,27

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Ordem - Numerica

Conta	Designação	Valores mensais			Valores acumulados		
		Debitos	Creditos	Saldo	Debitos	Creditos	Saldo
62.6.2	COMUNICAÇÃO	1 697,62	,00	1 697,62	11 137,05	,00	11 137,05
62.6.2.1	GASTOS POSTAIS	356,04	,00	356,04	2 492,17	,00	2 492,17
62.6.2.2	TELEFONE	935,59	,00	935,59	6 041,09	,00	6 041,09
62.6.2.3	VODAFONE PORTUGAL	30,70	,00	30,70	184,20	,00	184,20
62.6.2.5	INTERNET	375,29	,00	375,29	2 419,59	,00	2 419,59
62.6.3	SEGUROS	,00	,00	,00	2 517,28	,00	2 517,28
62.6.3.1	SEGURO (MULTI-RISCOS)	,00	,00	,00	1 282,31	,00	1 282,31
62.6.3.3	SEG.ACID.PESSOAIS	,00	,00	,00	1 234,97	,00	1 234,97
62.6.7	LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	1 423,60	,00	1 423,60	13 767,19	29,50	13 737,69
62.6.8	OUTROS SERVIÇOS	,00	,00	,00	423,12	,00	423,12
63	GASTOS COM O PESSOAL						
63.2	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	33 329,23	24 868,74	8 460,49	396 751,41	29 846,65	366 904,76
63.2.1	ORDERNADOS E SALÁRIOS	26 723,21	24 668,94	2 054,27	329 347,10	26 019,89	303 327,21
63.2.1.1	ORDERNADOS E SALÁRIOS	25 237,73	24 668,94	568,79	309 839,87	26 005,58	283 834,29
63.2.1.2	ORDERNADOS E SALÁRIOS	19 395,67	23 841,55	4 445,88 CR	240 240,66	25 178,19	215 062,47
63.2.1.3	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS	2 005,23	316,98	1 688,25	24 351,15	316,98	24 034,17
63.2.1.5	SUBSÍDIOS DE NATAL	2 005,23	510,41	1 494,82	24 351,15	510,41	23 840,74
63.2.1.6	DIUTURNIDADES	1 083,40	,00	1 083,40	13 579,88	,00	13 579,88
63.2.2	SUBS. CHEFIA	748,20	,00	748,20	7 317,03	,00	7 317,03
63.2.2.2	REMUNERAÇÕES ADICIONAIS	1 485,48	,00	1 485,48	19 507,23	14,31	19 492,92
63.2.2.3	SUBSIDIO ALIMENTAÇÃO	1 485,48	,00	1 485,48	19 012,77	14,31	18 998,46
63.5	AJUDAS DE CUSTO	,00	,00	,00	494,46	,00	494,46
63.5.1	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	6 591,68	199,80	6 391,88	62 909,41	1 094,13	61 815,28
63.5.3	TAXA SOCIAL ÚNICA	6 590,30	199,80	6 390,50	62 892,85	1 094,13	61 798,72
63.6	FUNDO COMPEÇÃO TRABALHO	1,38	,00	1,38	16,56	,00	16,56
63.8	SEGUROS DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISS	,00	,00	,00	3 922,50	2 688,95	1 233,55
	OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	14,34	,00	14,34	572,40	43,68	528,72
64	GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO						
64.2	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	3 187,72	,00	3 187,72	42 880,42	,00	42 880,42
64.2.2	EDIFICIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	3 187,72	,00	3 187,72	42 880,42	,00	42 880,42

CNT019 -


Conta	Designação	Valores mensais		Valores acumulados		
		Debitos	Creditos	Debitos	Creditos	
		Saldo		Saldo	Saldo	
64.2.5	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1 043,61	,00	1 043,61	12 426,43	,00
64.2.7	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	410,58	,00	410,58	5 013,18	,00
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	2 210,91	,00	2 210,91	20 309,40	,00
68.1	IMPOSTOS	1,63	,00	1,63	6,33	,00
68.1.2	IMPOSTOS INDIRECTOS	1,63	,00	1,63	5,22	,00
68.1.3	TAXAS	,00	,00	,00	1,11	,00
68.8	OUTROS	2 209,28	,00	2 209,28	20 303,07	,00
68.8.1	CORRECÇÕES RELATIVAS A PERÍODOS ANTERIORES	,00	,00	,00	1 499,59	,00
68.8.3	QUOTIZAÇÕES	2 208,00	,00	2 208,00	18 777,70	,00
68.8.8	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	1,28	,00	1,28	25,78	,00
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	9 198,79	,00	9 198,79	38 086,81	9 011,77
69.1	JUROS SUPORTADOS	4 456,68	,00	4 456,68	25 417,30	7 495,11
69.1.1	EMPRESTIMOS BANCÁRIOS	4 456,68	,00	4 456,68	25 417,30	7 495,11
69.8	OUTROS GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	4 742,11	,00	4 742,11	12 669,51	1 516,66
69.8.8	OUTROS	4 742,11	,00	4 742,11	12 669,51	1 516,66
71	QUOTAS	,00	100 441,90	100 441,90 CR	277,50	160 021,37
71.1	QUOTAS ORDINÁRIAS	,00	100 441,90	100 441,90 CR	277,50	160 021,37
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	270,00	42 912,68	42 642,68 CR	1 428,00	71 335,18
72.1	FORMAÇÃO MODULAR DE ATIVOS	,00	4 877,85	4 877,85 CR	,00	29 445,35 CR
72.5	OUTROS SERVIÇOS	,00	38 034,83	38 034,83 CR	,00	41 889,83 CR
72.8	DESCONTOS E ABATIMENTOS	270,00	,00	270,00	1 428,00	,00
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	,00	532 816,82	532 816,82 CR	,00	545 610,51
75.1	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	,00	532 816,82	532 816,82 CR	,00	545 610,51
75.1.1	PO ACORES 2020 - FSE	,00	400 526,91	400 526,91 CR	,00	401 325,47 CR
75.1.2	PO ACORES 2020 - FEDER	,00	21 771,57	21 771,57 CR	,00	21 771,57 CR
75.1.4	OUTROS SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	,00	60 286,11	60 286,11 CR	,00	71 910,32 CR

MACINTERREG

Mod. Expandindustria 1.31

CNT019 - 7

U.M. EUR

Ordem - Numerica

Conta	Designação	Valores mensais		Valores acumulados			
		Debitos	Creditos	Saldo	Debitos	Creditos	Saldo
75.1.5	MACINTERREG	,00	12 978,00	12 978,00 CR	,00	12 978,00	12 978,00 CR
75.1.6	ENN	,00	37 254,23	37 254,23 CR	,00	37 625,15	37 625,15 CR
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	1 365,96	28 308,03	26 942,07 CR	1 365,96	29 671,53	28 305,57 CR
78.3	RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS A RECEBER	,00	51,63	51,63 CR	,00	51,63	51,63 CR
78.5	RENDIMENTOS E GANHOS	,00	2 737,35	2 737,35 CR	,00	2 737,35	2 737,35 CR
78.5.1	SUBSID, ASSOCIADAS EMPR CONJ	,00	2 737,35	2 737,35 CR	,00	2 737,35	2 737,35 CR
78.5.1	DIVIDENDOS	1 365,96	25 519,05	24 153,09 CR	1 365,96	26 882,55	25 516,59 CR
78.8	OUTROS	,00	,00	,00	,00	10,00	10,00 CR
78.8.1	CORREÇÕES RELATIVAS A PERÍODOS ANTERIORES	1 365,96	25 519,05	24 153,09 CR	1 365,96	25 519,05	24 153,09 CR
78.8.3	IMPUT. SUBSÍDIOS P/ INVESTIMTOS	,00	,00	,00	,00	1 353,50	1 353,50 CR
78.8.8	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	,00	,00	,00	,00	,00	,00
79	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDMTO SIMILARES	,00	7 948,62	7 948,62 CR	,00	7 958,59	7 958,59 CR
79.1	JUROS OBTIDOS	,00	7 948,62	7 948,62 CR	,00	7 948,62	7 948,62 CR
79.1.3	DE FINANCIAMTO CONC A ASSOCIADAS E EMPREEN CONJ	,00	7 948,62	7 948,62 CR	,00	7 948,62	7 948,62 CR
79.8	OUTROS RENDIMTOS E GANHOS	,00	,00	,00	,00	9,97	9,97 CR
79.8.8	FINANCIAMENTO	,00	,00	,00	,00	9,97	9,97 CR
79.8.8	OUTRAS	,00	,00	,00	,00	,00	,00
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	1 173,00	,00	1 173,00	4 815,86	3 642,86	1 173,00
81.2	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	1 173,00	,00	1 173,00	1 173,00	,00	1 173,00
81.2.1	IMPOSTO ESTIMADO PARA O PERÍODO	1 173,00	,00	1 173,00	1 173,00	,00	1 173,00
81.2.1	RESULTADO LÍQUIDO	,00	,00	,00	3 642,86	3 642,86	,00
81.8	Saldos a debito			828 248,31			7 648 489,39
	Saldos a credito			828 248,31			7 648 489,39
	Total Geral	1 991 167,67	1 991 167,67	,00	14 116 935,62	14 116 935,62	,00

CNT019




A
Z. h.
a/m
h
Z.

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020 e 2019



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'N C', 'A', 'Din.', 'apm', and 'J'.

1. Identificação da entidade

CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA (ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DAS ILHAS DE SÃO MIGUEL E SANTA MARIA) é uma associação sem fins lucrativos constituída em 1835, que tem por objeto a representação, defesa e promoção dos interesses da indústria, comércio e serviços, quer económicos, sociais, profissionais e culturais dos seus associados.

Tem a sua sede social na Rua Ernesto do Canto, nº 13, freguesia de S. Pedro, concelho de Ponta Delgada.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), de acordo a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF - ESNL) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do SNC - ESNL. Sempre que o SNC – ESNL não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às NCRF e demais legislação complementar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas na União Europeia e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados.

3.1 Bases de apresentação e de mensuração

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio no pressuposto da continuidade das operações da Associação, de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição líquido das respetivas amortizações acumuladas e de perdas por imparidade. As amortizações são calculadas às taxas fiscalmente autorizadas, as quais foram estabelecidas para, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, amortizarem os ativos fixos tangíveis durante o período da sua vida útil estimado.

As despesas de reparação e manutenção normais dos ativos fixos em exploração são considerados como gastos no ano em que ocorrem.

3.2.2 Imparidade de ativos fixos tangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da associação são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'R.h.', 'g.m.', and 'A']

3.2.3 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

3.2.4 Clientes e outros créditos a receber

As dívidas dos clientes e de outros créditos a receber estão mensuradas ao valor nominal deduzidas das perdas de imparidade acumuladas, as quais são calculadas quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

As dívidas dos clientes e de outros créditos a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.5 Fornecedores e outras dívidas a pagar

Estas contas estão mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou as outras dívidas a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.6 Caixa e equivalentes a caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

3.2.7 Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A', 'P', and 'M'.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

3.2.8 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Associação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados.

São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Associação desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.9 Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados na rubrica Outros créditos a receber e Outras dívidas a pagar e Diferimentos.

3.2.10 Rédito

O rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, líquido de impostos e descontos sendo reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

O rédito decorrente das prestações de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da prestação do serviço ou quanto à cobrança da mesma.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A', 'D', and 'apm'.

3.2.11 Subsídios

Os subsídios só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança de que a Associação cumprirá as condições a eles associados.

Os subsídios ao investimento são inicialmente levados aos capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil estimada ao respetivo ativo subsidiado.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar, para projetos com candidaturas aprovadas neste período, reconhecesse o acréscimo de rendimentos para os períodos subsequentes.

3.2.12 Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho suplementar, subsídio de alimentação, diuturnidades, ajudas de custo, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

O direito a férias e subsídios de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2.13 Imposto sobre o rendimento

A Associação está isenta de liquidação do Imposto sobre o Rendimento (IRC) nas operações diretamente relacionadas com os seus associados.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

3.2.14 Provisões e ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

3.2.15 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

As principais estimativas contabilísticos e juízos de valor que podem originar correções materiais no valor contabilístico dos ativos e passivos nos períodos subsequentes poderão ter origem (i) na determinação do período de realização das rubricas de clientes e outros créditos a receber que geralmente estão relacionadas com projetos financiados por entidades públicas, no estabelecimento do risco de crédito associado a esses ativos e não aceitação da elegibilidade das despesas; (ii) na estimativa da vida útil dos ativos fixos tangíveis e do seu valor residual e (iii) na recuperação das participações financeiras que são mensuradas pelo método do custo.

3.2.16 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos,



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe do caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e descobertos bancários, como se indica:

	2020	2019
Numerário	1 187	1 243
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>21 399</u>	<u>7 493</u>
	22 585	8 737
Descobertos bancários (Nota 14)	-	(55 352)
	<u>22 585</u>	<u>(46 616)</u>

A 31 de dezembro de 2020 não existia qualquer descoberto bancário (em 2019 – 55352 euros).

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

As políticas contabilísticas utilizadas durante o ano de 2020 não sofreram quaisquer alterações em relação às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos e, também, não foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os capitais próprios da participada Profeiras - Feiras e Exposições, SU, Lda., detida exclusivamente pela Associação resumem-se como segue:

Exercício	Capital subscrito	Capital Próprio	Resultado líquido
2019	50 000	<u>411 357</u>	10 385
2020	50 000	<u>435 115</u>	2 737



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

A Associação reforçou os capitais próprios desta participada em 75.000 euros em 26 de novembro de 2007 e em 1 de março de 2020 com o montante de 25.000 euros, sob a forma de prestações suplementares, que não vencem juros e nem têm período de reembolso definido.

As principais transações havidas com esta participada durante o ano foram as seguintes:

	2020	2019
Prestação de serviços	19 028	19 460
Fornecimento e serviços externos	(8 226)	(14 698)
Juros obtidos	7 972	8 107

Os saldos com esta participada estão mostrados nas seguintes contas do balanço:

	2020	2019
Outros créditos a receber	109 990	137 721
Outras dívidas a pagar	1 828	21 967

Conforme indicado na Nota 21, na rubrica de Juros obtidos estão registados os juros debitados à participada PROFEIRAS referente ao saldo médio mensal vencido no período decorrido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, no montante de 7.972 euros (2019 – 8.107 euros).

Relativamente aos restantes ativos financeiros as principais transações no ano foram as seguintes:

	2020	2019
ARDE:		
Quotizações	1 500	1 500
CCIA:		
Quotizações	17 218	26 108

7. Ativos fixos tangíveis

Em 31 dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nesta rubrica podem ser assim resumidos:



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Entidade	2020	2019
AAFTH - Associação Açoreana Formação Turística e Hoteleira	12 500	12 500
ENTA - Escola de Novas Tecnologias	1 000	1 000
ARDE- Associação Regional para o Desenvolvimento	4 364	4 364
APDA - Associação para a Promoção do Desenvolvimento dos Açores	1 000	1 000
CCIA - Câmara do Comércio e Indústria dos Açores	852	852
Mensurados ao custo	19 716	19 716
Profeiras - Feiras e Exposições, Soc. Unip., Lda	435 115	411 357
	<u>454 831</u>	<u>431 073</u>

Relativamente à PROFEIRAS, onde a Associação é sócia única com um capital social de 50.000 euros, os capitais próprios foram reforçados em 100.000 euros, em 75.000 euros em 2007 e 25.000 euros em 1 de março de 2020, sob a forma de prestações suplementares, que não vencem juros e nem têm período de reembolso definido, a participação financeira está mensurada pelo método de equivalência patrimonial e teve o seguinte movimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Saldo Inicial	336 357	302 066
Apropriação de resultados	2 737	10 385
Outras variações nos fundos patrimoniais	(3 980)	23 906
Participação financeira	335 115	336 357
Prestações suplementares	100 000	75 000
	<u>435 115</u>	<u>411 357</u>

9. Clientes e outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Clientes e outras contas a receber apresentava a seguinte composição:



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M. A.', 'D. H.', and 'A. M.'.

	2020	2019
Contas a receber de clientes	18 255	47 112
Contas a receber de clientes - quotas	74 621	36 698
Contas a receber de clientes cobrança duvidosa	41 303	43 739
Perdas por imparidade das contas a receber	(28 048)	(30 484)
Contas a receber de clientes	106 130	97 065
Contas a receber de outros devedores:		
Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	21 772	435 728
Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional	401 932	473 780
DREQP - Fundo Regional do Emprego	7 476	-
Câmara do Comércio e Indústria dos Açores	63 977	77 570
Profeiras	109 990	137 721
Direção Regional Apoio Investimento e Competividade	13 750	13 750
Câmara Municipal de Ribeira Grande	46 225	37 950
Câmara Municipal de Vila do Porto	6 623	6 000
Município de Ponta Delgada	7 541	18 175
Câmara do Comércio da Horta	7 382	7 382
Formandos	506	-
MAC INTERREG	27 339	33 456
Outros	27 626	-
Saldo outros créditos a receber	742 139	1 241 513

No saldo inicial a 1 de janeiro de 2020, de 473.780 euros devidos pela Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional era temporariamente financiados por empréstimo bancário que não vence juros que totaliza o montante de 200.000 euros totalmente liquidado em 2020.

A conta da entidade financiadora do Fundo Social Europeu teve o seguinte movimento em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	2020	2019
Saldo Inicial	473 780	1 265 058
Notas de Crédito	-	(24 384)
Correções períodos anteriores (Nota 20)	-	(5 513)
Recebimentos do ano	(523 574)	(1 263 212)
Qualifica +	50 400	-
Subsídios à Exploração (Nota 16)	401 325	501 832
Saldo a 31 de dezembro	401 932	473 780

A direção entende que os valores submetidos e a submeter a entidades financiadoras não serão objeto de correções significativas aquando a sua aprovação.



Não foram reconhecidas das Perdas por imparidade de dívidas a receber, considerando a Direção que na atual situação das empresas associadas e de clientes não foi possível desenvolver os necessários esforços de recuperação de dívidas e não sendo expetável que possam ocorrer perdas significativas na recuperação destes saldos.

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica apresentava a seguinte decomposição:

DIFERIMENTOS	2020	2019
Ativos		
Seguros	2 142	3 451
Assinatura jornal/software	1 090	341
Total	<u>3 232</u>	<u>3 792</u>
Passivos		
Subsídios à exploração	90 688	183 007
Total	<u>90 688</u>	<u>183 007</u>

Na rubrica de Subsídios à exploração estão registadas as verbas já aprovadas e não utilizadas no âmbito de diversos e protocolos:

	Valor Apoio/Protocolo	Transf. para resultados	Despesas não realizadas
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2020	183 007		
Protocolos			
Município de Ponta Delgada	12 569	3 178	-
Protocolo Comércio Vila do Porto	14 628	1 439	-
Venha jantar à Ribeira Grande	25 000	24 587	-
Comércio RG Vales	28 725	1 925	-
Qualifica +	60 000	10 680	-
Protocolo Explore Santa Maria	15 000	11 076	-
EEN	32 060	37 254	-
PO Açores			190 161
	<u>187 982</u>	<u>90 139</u>	<u>190 161</u>
Saldo Final a 31 de dezembro de 2020	<u>90 688</u>		



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

Com a conclusão dos projetos apoiados pelo PO Açores foi anulado o valor não executado, ficando refletido o saldo desta rubrica protocolos com diversos municípios e o programa de formação Qualifica +, registando um saldo a 31 de dezembro de 2020 de 90.688 euros, em 2019 era de 183.007 euros.

11. Movimentos de fundos patrimoniais

Os associados não têm qualquer interesse direto ou indireto nos resultados apurados na atividade associativa, pelo que, a rubrica de resultados transitados acumula os resultados apurados anualmente que tiveram o seguinte movimento no ano:

Em 31 de dezembro de 2020

	Saldo inicial	Aumentos do ano	Diminuições do ano	Saldo final
Resultados transitados	729 934	3 643	-	733 577
Ajustamentos em ativos financeiros	242 538	(3 980)	-	238 558
Subsídios	231 336	-	(21 717)	209 619
	<u>1 203 809</u>	<u>(337)</u>	<u>(21 717)</u>	<u>1 181 754</u>
Resultados do ano	3 643	(68 285)	(3 643)	(68 285)
	<u>1 207 451</u>	<u>(68 622)</u>	<u>(25 360)</u>	<u>1 113 469</u>

Em 31 de dezembro de 2019

	Saldo inicial	Aumentos do ano	Diminuições do ano	Saldo final
Resultados transitados	723 854	6 081	-	729 934
Ajustamentos em ativos financeiros	218 632	23 906	-	242 538
Subsídios	268 437	-	(37 101)	231 336
	<u>1 210 923</u>	<u>29 987</u>	<u>(37 101)</u>	<u>1 203 809</u>
Resultados do ano	6 081	3 643	(6 081)	3 643
	<u>1 217 004</u>	<u>33 630</u>	<u>(43 182)</u>	<u>1 207 451</u>

Os resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovados pelos associados na Assembleia Geral realizada em 15 de setembro de 2020.

12. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo desta conta era assim representado:



CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA

	2020	2019
Fornecedores		
Fornecedores gerais	16 992	85 216
Fornecedores gerais - não sócios	<u>25 073</u>	<u>20 155</u>
	<u>42 064</u>	<u>105 371</u>
Credores por acréscimos de gastos:		
Custos de formação	3 100	5 789
Remunerações a liquidar	59 257	61 448
Juros a liquidar	1 365	3 976
Outros credores por acréscimos de gastos	<u>52 871</u>	<u>13 811</u>
	<u>116 592</u>	<u>85 024</u>
Formadores	-	5 831
Formandos	6 163	8 097
Outros credores	<u>71 514</u>	<u>66 727</u>
	<u>77 677</u>	<u>80 655</u>
Saldo outras contas a pagar	<u>194 269</u>	<u>165 679</u>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

	2020	2019
Saldos credores		
Imposto sobre Rendimento - TA	1 173	2 769
Retenção de impostos rendimentos	8 177	8 137
Contribuições para segurança social	15 440	8 079
Outras contribuições	<u>150</u>	<u>-</u>
Total	<u>24 940</u>	<u>18 986</u>

Em conformidade com a legislação em vigor, a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), contudo é tributada autonomamente, de acordo com o previsto no artigo 88º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos (ou 5 anos no que respeita a segurança social).



Handwritten signatures and initials in blue ink.

14. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020 existem duas contas correntes caucionadas de montante autorizado de 500.000 euros e 300.000 euros que são remuneradas à taxa Euribor de 12 meses acrescidas de uma margem de 3,5 pontos e 2,15 pontos percentuais, respetivamente, cujos saldos utilizados eram de 250.000 euros e 269.353 euros, respetivamente.

15. Rédito

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo desta conta era assim representado:

	2020	2019
Quotas	159 744	162 176
Prestações de serviços	69 907	195 069
Total	229 651	357 245

16. Subsídios à exploração

A 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o valor dos subsídios à exploração é proveniente dos seguintes projetos:

Projetos	2020	2019
Escola profissional	366 197	491 598
Formação de ativos	35 129	10 234
	401 325	501 832
Protocolos e contratos	125 185	436 711
Apoios COVID	19 100	-
Total	545 611	938 544

A 31 de dezembro de 2020 estavam registados subsídios respeitantes a apoios COVID 19; do Fundo Regional do Emprego 17 443,85 euros, relativos a apoios à tesouraria e um apoio adicional da segurança social 1 656,30 euros, totalizando 19 100,15 euros.

**17. Fornecimentos e serviços externos**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição desta rubrica era:

Fornecimentos e serviços externos	2020	2019
Trabalhos Especializados	48 971	288 246
Publicidade e Propaganda	13 975	16 011
Vigilância e Segurança	497	3 635
Honorários	111 043	126 672
Conservação e Reparação	2 315	319
Serviços Bancários	3 568	5 182
Outros	45 000	27
Materiais	33 596	39 809
Energia e fluídos	13 207	16 001
Deslocações, estadas e transportes	85 430	139 084
Serviços diversos	61 865	112 273
Total	419 468	747 258

Em Outros está reconhecido um gasto de 45.000 euros relacionados com os festejos de fim de ano, que inicialmente iriam ser suportados pela Profeiras no âmbito dos serviços a prestar.

18. Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal ocorridos durante o ano foram os seguintes:

Gastos com pessoal	2020	2019
Remuneração do pessoal	303 327	373 715
Encargos sobre remunerações do pessoal	61 815	77 454
Indemnizações	-	5 321
Seguro de acidentes de trabalho	1 234	4 513
Medicina no trabalho	529	685
Total	366 905	461 688

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, existiam 23 trabalhadores. Os membros da Direção, Assembleia Geral e Conselho Fiscal exercem as suas funções sem auferirem qualquer remuneração.

h v
A
R
a
p
J



nc A
afm
21

19. Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos apresentava a seguinte decomposição:

	2020	2019
Recuperação de dívidas a receber	52	-
Correções relativas a períodos anteriores	10	576
Imputação subsídio p/ investimentos (Nota 11)	24 153	37 101
Outros	1 354	1
Total	25 568	37 678

20. Outros gastos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição desta rubrica resumia-se como segue:

Outros gastos e perdas	2020	2019
Impostos	6	2 288
Correções relativas a períodos anteriores	1 500	1 628
Donativos	-	595
Quotizações	18 778	27 668
Outros (Nota 9)	26	6377
Total	20 309	38 556

As quotizações ordinárias referem-se aos seguintes montantes:

	2020	2019
CCIA	17 218	26 108
ARDE	1 500	1 500
Associação de Bom. Vol. Ponta Delgada	60	60
	18 778	27 668

**21. Juros e rendimentos similares obtidos**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2020	2019
Juros obtidos de financiamentos a associadas (Nota 6)	7 949	8 107
Outros Rendimentos e Ganhos de Financiamento	10	-
Total	7 959	8 107

Para o cálculo foram considerados os valores dos juros comerciais, aplicados ao saldo médio mensal devedor da Profeiras, Lda.

22. Juros e gastos similares suportados

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2020	2019
Juros suportados	17 922	26 289
Outros gastos similares	11 153	12 374
Total	29 075	38 663

23. COVID 19

A atual crise global com a pandemia COVID 19 integra riscos materialmente significativos a nível da economia e da sociedade, que se traduzem numa enorme incerteza que continúa a prevalecer sobre os impactos futuros de longo prazo que poderão estar associados à duração desta crise pandémica.

A nossa atividade sofreu os efeitos macroeconómicos significativos desta crise e das alterações comportamentais que se manterão ainda durante um período que não se pode estimar, e, perante a redução significativa das suas operações durante o ano de 2020 que, provavelmente, não terão um crescimento materialmente significativo em 2021, ter-se-á de recorrer a recursos financeiros alheios. Num quadro de enorme adversidade, a deterioração da posição financeira poderá ser controlada com esta medida excecional, e, por isso, se considerou na preparação das demonstrações financeiras como válido o pressuposto de continuidade das operações.



24. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direção em 14 de fevereiro de 2020.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "N.C.", "A.", "P.D.", "a/m", and a large "2-1" mark.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA (ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DAS ILHAS DE SÃO MIGUEL E SANTA MARIA)** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 1.984.784 euros e um total dos fundos patrimoniais de 1.113.470 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 68.285 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Decorrente da evolução dos efeitos do vírus COVID 19 ocorreram factos e tomadas de decisões com reflexos no nível de desempenho operacional e na situação patrimonial e financeira. Conforme descrito na Nota 23 do anexo às demonstrações financeiras, a Direção considera que existem condições para enfrentar as atuais adversidades e prosseguir a sua atividade, pelo que considerou como válido o pressuposto da continuidade seguido na preparação das demonstrações financeiras, as quais não incluem quaisquer ajustamentos inerente à possibilidade deste pressuposto não ser apropriado.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

A
M
R
afm
L

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

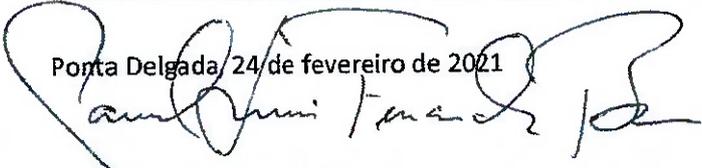
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponte Delgada, 24 de fevereiro de 2021


UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)